

FACTO

ABIFINA

ANO III • MAI/JUN • 2009 • Nº 19

Publicação da Associação Brasileira
das Indústrias de Química Fina,
Biotecnologia e suas Especialidades



Propriedade Industrial

Há 200 anos engrenagem fundamental para o desenvolvimento do Brasil

.....

FÓRMULA DE DESENVOLVIMENTO PARA O BRASIL

INDÚSTRIA NACIONAL DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS

Componente Obrigatório

.....

A ABIFINA, Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades, sabe que no Brasil, o único país do mundo com possibilidade de expansão de área de agricultura, é imprescindível uma indústria de defensivos agrícolas cada vez mais forte. Por isso, a necessidade de uma política agrícola bem definida quanto ao financiamento da produção e da comercialização da safra, e também quanto à propriedade intelectual e aos instrumentos de proteção aos investimentos industriais locais. A ABIFINA atua para melhorar a discussão e o encaminhamento deste e de outros pontos fundamentais de uma agenda para o desenvolvimento que o Brasil necessita. Se você também tem compromissos com o Brasil de amanhã, visite nosso site www.abifina.org.br

SOBERANIA É PRODUZIR.



ABIFINA

FORMULAMOS SOLUÇÕES PARA O BRASIL DO FUTURO.



fármacos e medicamentos • defensivos agrícolas • defensivos animais • vacinas •
catalisadores e aditivos • intermediários de síntese • corantes e pigmentos orgânicos

FACTO ABIFINA

Corpo Dirigente

Conselho Administrativo

Presidente: Luiz Claudio Barone
 1º Vice-presidente: Nelson Brasil de Oliveira
 Vice-presidente de Estudos e Planejamento:
 Marcos Henrique de Castro Oliveira
 Vice-presidente: Luiz Guedes
 Vice-presidente: Dante Alario Junior
 Vice-presidente: Marcos Lobo
 Vice-presidente: Alberto Mansur
 Diretor de Comércio Exterior: Josimar Henrique da Silva
 Diretora de Estudos da Biodiversidade: Poliana Silva
 Diretor de Assuntos Regulatórios de Fármacos:
 Nicolau Pires Lages
 Diretor de Assuntos Regulatórios de Agroquímicos:
 Arnaldo Massariol
 Conselheiro Geral: Ogari de Castro Pacheco
 Conselheiro Geral: Eduardo Costa
 Conselheiro Geral: Lelio Augusto Maçaira
 Conselheiro Geral: Telma Salles

Conselheiros Beneméritos

Marcos Lobo (Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S/A.)
 Dante Alario Junior (Biolab Sanus Farmacêutica Ltda.)
 Fernando de Castro Marques (União Química Farmacêutica
 Nacional S/A.)
 Luiz Barone (Milenia Agrociências S/A.)
 João Benjamim Parolin (Oxiten S/A Indústria e
 Comércio)

Conselho Consultivo

Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira
 Antônio Salustiano Machado
 Isaac Plachta
 Fernando de Castro Marques
 Alcebiades de Mendonça Athayde
 Kurt Politzer
 Fernando Sandroni
 José Alberto de Senna
 Jean Peter
 Manoel Zauberman

Expediente

Coordenação Geral:

Claudia Craveiro • claudia@abifina.org.br
 Reportagens (Capa, Tendências e ABIFINA
 Comenta): Inês Accioly
 Matéria Técnica: Noemy Padilha
 Projeto e Produção Editorial: Scriptorio Comunicação
 21 2532 6858 - www.scriptorio.com.br

Os artigos assinados e as entrevistas são de responsabilidade do autor e não expressam necessariamente a posição da ABIFINA. A entidade deseja estimular o debate sobre temas de relevante interesse nacional, e, nesse sentido, dispõe-se a publicar o contraditório a qualquer matéria apresentada em seu informativo.

ABIFINA - Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades
 Av. Churchill, 129 / Grupo 1102 e 1201 • Centro
 CEP 20020-050 • Rio de Janeiro • RJ
 Novos números da Central Telefônica:
 Tel.: (21) 3125-1400 / Fax: (21) 3125-1413
 www.ABIFINA.org.br

Veja quem está na
 Química Fina.



Os 200 anos da Propriedade Industrial no Brasil foram comemorados em dois seminários: o primeiro no Rio de Janeiro (Escola AGU) e o segundo em Brasília (Itamaraty).

colonização
 industrialização
 globalização

As mudanças que podem levar às parcerias público-privadas a realmente expressar um elenco de ações em paralelo que permitam atender relevantes interesses nacionais, no editorial.

EDITORIAL	04
CAPA	06
QUEM ESTÁ NA QUÍMICA FINA	12
ARTIGO OPINIÃO	18
ARTIGO OPINIÃO	21
SAIU NA IMPRENSA	22
PAINEL DO ASSOCIADO	24
ABIFINA EM AÇÃO	26

FACTO ABIFINA

ANO 121 • MAI/JUN • 2009 • Nº 19

Publicação da Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades



Propriedade Industrial

Há 200 anos engrenagem fundamental para o desenvolvimento do Brasil

Publicação da:

ABIFINA 
 Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina,
 Biotecnologia e suas Especialidades

Colonização, industrialização e globalização

por Nelson Brasil de Oliveira • Vice-Presidente da ABIFINA

Uma incipiente industrialização de ferro e algodão surgida no século XVIII, no Brasil, desagradava a Corte Portuguesa devido à concorrência que emergia ao comércio de Portugal e pelas preocupações quanto à autonomia financeira que poderia levar a uma independência política. Nesse cenário, em 1785, Maria I, rainha de Portugal, a título de proteger a cultura, a lavoura e a exploração de minerais em nosso país, determinou por alvará o fechamento de fábricas, manufaturas e teares que operavam no Brasil.

O período negro dessa proibição da atividade industrial brasileira começou a ser questionado com a chegada da família real portuguesa ao nosso país, em 1808, já que a sede da coroa se transferira para o Brasil sem prazo para retorno, devido ao avanço napoleônico na metrópole, sendo assim necessário produzir pólvora e armamentos para sua defesa.

Em decorrência dessa nova situação, em abril de 1809 – exatos duzentos atrás – o então príncipe regente editou um novo alvará anulando o édito de Maria I, ao tempo em que instituiu o sistema de patentes industriais no Brasil, numa cesta de incentivos para o desenvolvimento da indústria local. Esse marco histórico foi comemorado pela Escola de Magistratura do Rio de Janeiro e pela Escola da Advocacia-Geral da União, em seminário realizado nos dias 28 e 29 de abril. O édito do príncipe regente em realidade lançou os fundamentos de uma política industrial para o País que, ainda hoje, são bastante atuais, tendo como “pontos fortes” os seguintes destaques:

- Isenções fiscais para a indústria: isenção de direitos alfandegários na importação de matérias-primas destinadas às manufaturas brasileiras, bem como dos tributos de exportação incidentes nos produtos daí decorrentes.

- Uso do Poder de Compra do Estado para incentivar a produção local: proibição de comprar manufaturas estrangeiras para suprir necessidades públicas, caso haja fabricação no Brasil.

- Subsídios às indústrias em dificuldades financeiras: financiamento gratuito em favor das manufaturas brasileiras que necessitem socorro financeiro, a partir de dotações orçamentárias específicas da Loteria Nacional do Estado.

- Patentes: privilégio exclusivo para a comercialização, por quatorze anos, no mercado brasileiro dos inventos de produtos que forem registrados na Real Junta de Comércio e fabricados no Brasil.

O alvará do príncipe regente, ao prescrever uma política pública voltada para a industrialização do Brasil, foi influenciado pelo Relatório sobre Manufaturas de Alexander Hamilton que havia sido apresentado ao Congresso dos Estados Unidos em 1791. Hamilton defendia que somente através da industrialização poderia ocorrer a transformação dos Estados Unidos em uma nação que assegurasse o suprimento de suas necessidades essenciais. Os ensinamentos de Hamilton podem ser sintetizados na célebre sentença: “a importação de bens manufaturados, invariavelmente, priva de sua riqueza os povos meramente agrícolas; a independência e a segurança de um país estão intimamente ligadas à prosperidade das manufaturas locais”.

A nova fase da evolução industrial brasileira, partindo do alvará do príncipe regente, focou o setor agroexportador – especialmente café que representava 70% das exportações brasileiras, mais carne e têxteis. O Brasil, ao permanecer como país essencialmente agrícola – sem buscar a fabricação de manufaturas como ensinava Hamilton – perdeu o compasso histórico do desenvolvimento econômico



com os Estados Unidos a partir de então.

A implantação de uma relevante indústria manufatureira no Brasil somente foi iniciada pela Revolução de 1930 com Getúlio Vargas, ao afastar do poder as oligarquias do sudeste brasileiro que essencialmente representavam interesses do agronegócio regional. A política nacional industrializante de Vargas visou a implantação da indústria de base e a produção de energia, amparadas pelo capitalismo do Estado.

Com Juscelino, nos anos 50, foi iniciado o ciclo de internacionalização da economia brasileira, mas sem abandonar o apoio estatal – que foi inclusive ampliado durante o período militar. O Conselho de Desenvolvimento Industrial, comandado por Paulo Belotti e Severo Gomes, nos anos 70 desenvolveu um modelo tripartite para o investimento privado apoiado pelo Estado para a implantação da petroquímica – Petroquisa, empresa privada nacional e estrangeira – que resultou na criação de um parque produtivo internacionalmente importante.

A partir dos anos 80, com Reagan nos Estados Unidos e Thatcher na Inglaterra, foi iniciado o período da globalização das economias, na forma definida em 1989 como o Consenso de Washington, que resultou na criação, em 1995, da Organização Mundial do Comércio (OMC), organismo internacional destinado a gerenciar os acordos que compõem o sistema multilateral de comércio.

Diferentemente dos países do leste asiático que adotaram uma postura mais cautelosa nesse cenário globalizante das economias, o Brasil realizou nos anos 90 uma imprudente abertura comercial, sem um mínimo de cuidados com a produção doméstica, nem mesmo respeitando os contratos que o Estado havia firmado com o setor produtivo nos anos 80.

Assim, a inepta abertura comercial realizada nos anos 90 seguindo o figurino neoliberal – “a melhor política industrial é não haver política industrial”, e à semelhança do alvará de Maria I que comandou o fechamento de indústrias no Brasil, teve como resultado o sucateamento de emergente indústria da química fina implantada no país entre 1984 e 1989, cujo desenvolvimento tecnológico e industrial havia sido alcançado pelo Brasil através de uma simples Portaria (PI 04/84). A Portaria, envolvida em forte vontade política do governo, serviu de modelo de política pública ao leste asiático que então apresentava um menor grau de desenvolvimento. Cinco anos após, infelizmente, o Brasil cedeu aos cânticos do Consenso de Washington, abrindo seu mercado de forma unilateral, do que resultou a canibalização de sua nascente indústria da química fina. Índia, Coréia e China que optaram por manter o modelo de industrialização desenhado (e desenhado) pelo Brasil são hoje fabricantes e exportadores relevantes de medicamentos, fármacos e produtos agroquímicos.

Com a eleição de Lula, em 2002, surgiu a rediscussão do processo de abertura econômica ocorrida nos anos 90, sendo diagnosticados problemas e retomadas políticas públicas para apoiar o desenvolvimento do país, redirecionando ações do

Estado, visando-se objetivos estratégicos nas áreas da saúde e tecnologias de ponta. Mas foi somente no segundo mandato que os diagnósticos feitos em fóruns de debates conduzidos ao longo do primeiro mandato, entre os setores público e privado, passaram a se transformar em medidas focadas naqueles tópicos em realidade já conhecidos desde duzentos anos atrás, como “pontos fortes” do alvará editado pelo Príncipe Regente: apoio à fabricação local via isenções tarifárias, financiamento subsidiado pelo Estado, uso do poder de compra do governo e da propriedade industrial num contexto de inovação tecnológica.

Assim como a petroquímica brasileira iniciou seu brilhante percurso, começam agora a serem forjadas as primeiras parcerias público-privadas na área da química fina, tendo por objetivo o atendimento de necessidades estratégicas da saúde pública. O governo central começa a incentivar

cados resultados operacionais e adequação de processos licitatórios para aquisições de matérias-primas às necessidades do sistema produtivo via cadastramento de fornecedores, segundo critérios técnicos e sanitários.

Por último, mas não menos importante, cabe ao governo federal transformar a prioridade conferida ao complexo industrial da saúde em medidas efetivas, visando a fabricação local de insumos e intermediários químicos necessários a esse complexo industrial. Isso pode ser viabilizado técnica e economicamente através da implantação, pela Petrobras, de unidades multi-propósito para a operação pelo sistema de bateladas, localizadas à jusante de refinarias ou petroquímicas, visando fabricar derivados de benzeno, tolueno e m-xileno.

Um projeto dessa natureza a ser desenvolvido pela Petrobras deveria partir de uma análise dos mercados internacio-

Alexander Hamilton: “A importação de bens manufaturados, invariavelmente, priva de sua riqueza os povos meramente agrícolas; a independência e a segurança de um país estão intimamente ligadas à prosperidade das manufaturas locais”.

a formação de parcerias entre laboratórios oficiais e empresas privadas, acenando com a garantia do mercado público em contratos de fabricação plurianuais, visando o atendimento das demandas de produtos essenciais à saúde da população atendida pelo Sistema Único de Saúde.

Nesse cenário, já é sentida necessidade de mudança no marco regulatório dos maiores laboratórios oficiais operando no Brasil, com o objetivo de conferir às suas parcerias com indústrias a agilidade e a flexibilidade indispensáveis para operações industriais, como fez o governo nos anos 70 ao criar a Petroquisa. E, em adição, adotar contratos de gestão para orientar suas atividades, onde sejam bus-

nal e nacional dos setores farmacêutico e de defensivos agrícolas, porque tais produtos partem das mesmas matérias-primas, passando por duas dezenas de intermediários químicos que ainda não são fabricados no Brasil. Disponibilizar localmente tais intermediários ensejará o surgimento de uma expressiva demanda de outras especialidades da química fina, que hoje estão sendo importadas por falta de tais insumos e que resultam ao todo num déficit da balança comercial superior a oito bilhões de dólares/ano.

Na atual conjuntura de crise internacional, o Brasil tem tudo para emergir como uma nação de primeiro mundo nessa estratégica área. Com determinação e vontade política certamente chegaremos lá.

200 anos de Propriedade Industrial no Brasil

Os 200 anos da instituição jurídica da propriedade industrial no Brasil foram devidamente comemorados com a realização de dois seminários sobre o tema. O primeiro, realizado no Rio de Janeiro sob a coordenação do Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI, Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, Advocacia Geral da União - AGU e Escola de Magistratura Regional Federal da 2ª Região - Emarf, realizou-se nos dias 27 e 28 de abril. O segundo, promovido pelo Ministério das Relações Exteriores - MRE, Organização Mundial da Propriedade Intelectual - OMPI e INPI aconteceu em Brasília nos dias 29 e 30 do mesmo mês.

Se o seminário no Rio de Janeiro teve seu foco principal na situação interna brasileira, em Brasília, a presença de um dos vice-diretores da OMPI e a participação de representantes do MRE induziram o destaque para alguns aspectos do sistema internacional de proteção à propriedade intelectual e sua eficácia, considerada a situação do desenvolvimento comparado das nações do mundo.

Interessante destacar que o Alvará de 28 de abril de 1809 fez mais, bem mais do que simplesmente inserir no ordenamento jurídico brasileiro a proteção às

invenções. Na verdade o Alvará representou o estabelecimento de uma verdadeira política industrial para o Brasil, privilegiando a fabricação local através da redução de impostos, direcionando compras governamentais para produtos locais em detrimento dos importados e favorecendo a importação de matérias primas. Neste contexto, a concessão de privilégios aos inventores foi apenas mais uma das medidas em favor da industrialização do Brasil tomadas por D. Pedro. Uma sábia lição.

Os textos a seguir resumem os pronunciamentos feitos ao longo dos dois eventos.

Seminário “200 Anos de Propriedade Industrial no Brasil: Implicações Jurídicas, Econômicas e Sociais” (Justiça Federal-RJ)

*Cláudia Chamas • Pesquisadora da Fiocruz e Professora do Programa de Mestrado e Doutorado em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (UFRJ-Fiocruz)
Márcia Maria Nunes de Barros • Juíza Federal Titular da 37ª Vara Federal e Presidente da Comissão de Direito da Propriedade Intelectual da EMARF - Escola da Magistratura Regional Federal da 2ª Região
Vânia Maria Pacheco Lindoso • Coordenadora Jurídica de Contencioso e Procuradora Federal em exercício no Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI*

Os 200 anos da introdução do Alvará de 28 de abril de 1809 ensejam reflexões sobre a trajetória da propriedade industrial no Brasil e os seus efeitos nos campos jurídico, social e econômico. Recuperar os caminhos históricos das “leis de patentes” é tarefa de

grande relevância para a atualidade, marcada pela retomada política de projetos que enfatizam a necessidade dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento e capacidade industrial, possibilitando a dinamização dos empregos locais de alta qualificação.

Em face da data de grande simbolismo não somente para os especialistas em propriedade industrial, mas para a coletividade, o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), a Escola da Magistratura Regional Federal da 2ª Região (Emarf), a

Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e a Advocacia-Geral da União (AGU) organizaram um debate que permitiu a participação de diversos segmentos da sociedade. O Seminário “200 Anos de Propriedade Industrial no Brasil: Implicações Jurídicas, Econômicas e Sociais” teve lugar no Auditório da Justiça Federal, no Rio de Janeiro, nos dias 27 e 28 de abril de 2009. Para palestrar, foram convidados diversos especialistas do Governo e representantes de empresas e entidades empresariais do setor químico-farmacêutico. Ajudando a atingir o objetivo estabelecido, esteve presente uma audiência bem diversificada – acadêmicos, magistrados, membros do Governo e da indústria, advogados, estudantes, entre outros.

Paulo César Morais do Espírito Santo, presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, estruturou a mesa de abertura composta por: Maria Aparecida Stalliviere Neves, chefe de Gabinete da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), Marcos da Silva Couto, procurador-chefe da Procuradoria Regional Federal da 2ª Região da AGU, Maria Helena Cisne, desembargadora do Tribunal Regional Federal da 2ª Região e diretora geral da Escola de Magistratura Federal da 2ª Região, Jorge de Paula Costa Ávila, presidente do INPI, Carlos Augusto Gabrois Gadelha, vice-presidente de Produção e Inovação em Saúde da Fiocruz, e Luiz Carlos Vanderley de Lima, coordenador de Propriedade Intelectual da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

O painel “O Papel do Estado na Definição de um Arcabouço Legal em Propriedade Industrial: Desenvolvimento Tecnológico, Econômico e Social do Brasil” contou com dois palestrantes de honra, a saber: Roberto Jaguaribe, embaixador e subsecretário Geral de Assuntos Políticos II do Ministério das Relações Exteriores, e Luiz Paulo Teixeira Ferreira, deputado federal (PT-SP).

Jaguaribe esclareceu que houve um deliberado esforço de mistificação da propriedade industrial, por exemplo posicionando-a como um direito divino. O objetivo principal não pode ser perdido de vista. A propriedade industrial é um meio para a capacitação tecnológica e industrial. Trata-se de um problema sistêmico, pois isoladamente a propriedade industrial não resolve os propósitos de desenvolvimento.

Teixeira tornou compreensível o problema das patentes pipeline e a estratégia

recente de extensão patentária (segundo uso, polimorfos, etc). Esclareceu sobre os projetos de lei presentes na Câmara que abordam o tema e ajustam a situação para a não-concessão de patentes triviais no Brasil. Elucidou as diversas posições dos órgãos governamentais.

A mesa “Propriedade Industrial e o Desenvolvimento Sócio-Econômico” foi presidida por Luís Felipe Salomão, Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

Victor Albuquerque, procurador federal em exercício da Anvisa, explicou o desafio de ponderar o regime jurídico justo em um país como o Brasil. Esclareceu o desequi-

Alertou que assinatura de acordos bilaterais altera condições de proteção vis-à-vis as condições acertadas em nível multilateral.

André Fontes, desembargador do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, coordenou o painel “A Propriedade Industrial e o Interesse Público”.

Carlos Passarelli, assessor-chefe de Cooperação Internacional do Programa Nacional de DST/Aids, assinalou que a saúde pública tem primazia sobre o interesse privado. Para o contexto da Aids, o Estado brasileiro ofereceu respostas precoces. O cumprimento das políticas públicas vinculou-se à fabricação nacional de medicamen-

A propriedade industrial é um meio para a capacitação tecnológica e industrial.

libro em relação ao volume de depósito de patentes não-residentes em países de renda média. Demonstrou que, no Brasil, um sistema mais forte de PI não alavancou um sistema de inovação farmacêutica. Lembrou as flexibilidades contidas no Acordo Trips, que podem ser plenamente aproveitadas em prol dos objetivos da saúde, possibilitando evitar os excessos na proteção dos produtos que atravancam o acesso amplo a medicamentos.

James Housel, representante do Escritório Americano de Marcas e Patentes dos Estados Unidos, defendeu a propriedade industrial como um elemento para o desenvolvimento, desde que integrada a uma estrutura sócio-econômica, permitindo a geração de efeitos positivos para a sociedade.

Nos debates, Beto Vasconcelos, subchefe para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República, focalizou que ainda não foi alcançada uma equação perfeita entre a proteção da propriedade industrial e o acesso ao conhecimento e à saúde. Roberto Reis, pesquisador da Fiocruz, fez referência ao necessário equilíbrio entre a proteção e o acesso que está distante do desejado. Várias técnicas e táticas estão sendo empregadas para dar vida extra à proteção já concedida, impedindo a substância de ganhar o domínio público.

tos e aos cuidados com a redução da vulnerabilidade sobre os volumes substanciais de importação de princípios ativos de alto custo. A licença compulsória do Efavirenz se apoiou na falta de alternativas para o enfrentamento do elevado preço praticado pelo setor privado vis-a-vis a crescente demanda nacional. Os excessos na proteção da propriedade industrial não implicam, necessariamente, investimentos em produção local ou novos produtos no mercado. Passarelli fez recomendações: (i) não-concessão de patentes frívolas (segundo uso, etc); (ii) revisão das patentes concedidas pelo pipeline; (iii) fortalecimento da anuência prevista; (iv) implementação das flexibilidades do Acordo Trips; e (v) institucionalização da participação do movimento social em órgãos como o INPI.

Na consecução da propriedade industrial, merece ser vislumbrado o papel do destinatário do serviço público, que é o cidadão, adverte Antonio César Silva Mallet, procurador-chefe da Fiocruz. A propriedade industrial não é um fim em si mesma e o fim social do direito deve ser preservado. Neste caso, o acesso a saúde é garantia fundamental. O Acordo Trips é um tratado entre desiguais. Por outro lado, há aberturas – Trips, por exemplo, não define o que é invenção. A interpretação de Trips condizente com o ambiente do país poderia

viabilizar a coibição da concessão de patentes frívolas. Não há razão para deixar de priorizar a fabricação local. No Brasil, vale destacar a presença fundamental do Judiciário e o papel de empoderamento do INPI na contextualização dos princípios estabelecidos por Trips, contornados pelas necessidades do cidadão. O sistema de patentes é instrumento de política industrial, justificando-se quando aplicado à realidade nacional e devendo governar a busca pela autonomia tecnológica.

Nos debates, Jorge Raimundo Filho, presidente do Conselho Consultivo da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (INTERFARMA), questionou a existência de um conceito apropriado de interesse público. Esclareceu que, antes de 1996, não havia proteção patentária para medicamentos no Brasil. Manifestou que a lei precisa estar em linha com a inovação. Agasalhou a tese da proteção para o segundo uso médico em função dos custos em pesquisa, inclusive pesquisa clínica. Informou que a empresa farmacêutica multinacional já está investindo em pesquisa e desenvolvimento.

Odnir Finotti, presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Medicamentos Genéricos - Pró-Genéricos, chamou a atenção para as barreiras que vêm sendo colocadas no período final das patentes pipeline e que podem ser prejudiciais à boa atuação das empresas de genéricos.

Sob a coordenação da juíza federal Márcia Maria Nunes, a terceira mesa tratou do tema "200 Anos do Sistema Brasileiro de Patentes – Construções Históricas e Controvérsias Recentes". Nuno Pires de Carvalho, funcionário da Secretaria da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), não pode comparecer ao evento, mas enviou contribuições por escrito, que foram lidas na ocasião. A análise se concentrou nos efeitos do Alvará de 1809 e também destacou que "uma lei de patentes é apenas um elemento de uma política industrial mais vasta, e necessita de outros elementos para ter efetividade".

Otávio Brandelli, conselheiro da Missão do Brasil junto à Associação Latino Americana de Integração (Aladi) do Ministério das Relações Exteriores, abordou ângulos históricos dos elementos que levaram à elaboração do Acordo Trips, analisando a

posição do Brasil e as razões dos grupos dos países desenvolvidos e em desenvolvimento, bem como as tensões nas relações internacionais. Igualmente abordou o processo de construção da Lei de Propriedade Industrial (Lei n. 9.279, de 1996), influenciada por componentes de ordens multilateral e bilateral.

Nas discussões, Nelson Brasil, vice-presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina (ABIFINA), destacou políticas brasileiras de industrialização e aspectos de fomento à fabricação local e o instrumento de poder de compra, ressaltando que o Brasil não conseguiu manter os estímulos à indústria nacional de modo constante ao longo dos diversos governos.

"uma lei de patentes é apenas um elemento de uma política industrial mais vasta, e necessita de outros elementos para ter efetividade".

Pedro Barbosa, advogado de Denis Borges Barbosa Advogados, ressaltou que o Brasil é um dos únicos países do mundo a ter previsto, em seu ordenamento jurídico, a patente pipeline.

Cristina Schwanssee Romano, procuradora-chefe da Procuradoria Regional da República da 2ª Região, presidiu a mesa "A Regulação da Transferência de Tecnologia".

Antonio Luiz Figueira Barbosa, economista da Fiocruz, alertou para os processos de desregulação da transferência de tecnologia nos últimos 20 anos. Destacou a necessidade de se identificar e coibir, sistematicamente, cláusulas abusivas nos contratos de transferência de tecnologia.

Ronaldo Fiani, professor do Núcleo de Estudos Internacionais da UFRJ, deu relevo à tese de que absorver tecnologia é algo

bem mais complexo do que pesquisar bases de patentes. Ressaltou a possibilidade de intervenção seletiva do Estado nos processos de incorporação de tecnologia de ponta, especialmente na coordenação do planejamento de longo prazo.

Nos debates, Liliane do Espírito Santo Roriz de Almeida, desembargadora do Tribunal Regional Federal da 2ª Região assinalou o problema dos limites do INPI na questão da regulação da transferência de tecnologia, especificamente quanto à remessa de royalties, que perpassa o Judiciário. Lia de Medeiros, coordenadora geral de Contratos de Tecnologia, discorreu sobre a evolução histórica da transferência de tecnologia no INPI e sobre os aspectos de desenvolvimento econômico.

Mauro Sodré Maia, procurador-chefe da Procuradoria Federal do Instituto Nacional da Propriedade Industrial, conduziu os trabalhos da mesa "O Papel da Propriedade Industrial sob a Ótica do Poder Judiciário, do Ministério Público Federal e da Advocacia".

André Fontes, desembargador do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, discutiu o tratamento da propriedade industrial na magistratura e no Ministério Público. Também abordou a necessidade de produção de doutrina equilibrada para o trato da propriedade intelectual.

Marcelo Moscolgiato, procurador regional da República da 3ª Região, destacou os aspectos concorrenciais da proteção patentária. Evidenciou o interesse público nas relações que envolvem direitos patentários, citando o caso Antrax nos Estados Unidos.

Nos comentários, Juliana Viegas, presidente da Associação Brasileira da Propriedade Intelectual (ABPI), defendeu o estímulo à inovação como saída para a estagnação, acompanhada de uma forte proteção à propriedade intelectual. Marcelo de Siqueira Freitas, procurador geral federal da Advocacia Geral da União, enfatizou a importância dos limites na leitura do respeito à propriedade industrial.

Sob a condução de Aurélio Virgílio Veiga Rios, subprocurador geral da República, a mesa cuidou do tema "A Interface entre o Direito da Concorrência e a Propriedade Industrial. Quais os Caminhos para a Promoção do Interesse Público?"

Paula Andréa Forgioni, professora titular de Direito Comercial da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), destacou que conhecimento é gerado a partir de conhecimento e o acesso ao conhecimento não pode ser bloqueado. O excesso do viés privatista não resolve os problemas atuais.

Arthur Badin, presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), salientou os objetivos da política antitruste, mormente o combate a cartéis e monopólios. Apresentou a visão de propriedade industrial como monopólio, assim como outras visões tais como, correção das falhas de mercado.

Karin Grau-Kuntz, pesquisadora do Instituto Brasileiro de Propriedade Industrial, trouxe os fundamentos que embasam a interferência do Estado na garantia do emprego da informação no mercado. A propriedade industrial é uma garantia (dimensão privada) para que a criação seja empregada no mercado, porém gerando bem-estar social (dimensão pública). José Carlos Vaz e Dias, advogado do Escritório Jurídico Di Blasi, Parente, Vaz e Dias Advogados Associados, questionou o direito de propriedade industrial como monopólio per se. Controlou igualmente o interesse público que é usado para fechar o mercado. Afirmou que há vários interesses públicos.

José Graça Aranha, diretor regional do Escritório de Cooperação Técnica e Capacitação para América Latina e Caribe da Orga-



nização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI), organizou a mesa “Propriedade Industrial e Fomento à Inovação”.

Para Jorge de Paula Costa Ávila, presidente do INPI, a internacionalização do sistema de propriedade industrial é inexorável. Abraceu a ideia de que é mais conveniente que o Brasil se dedique a entender profundamente esse processo e contribua para que ele ocorra da maneira mais conveniente para o País, ao invés de evitar participar do desenho de novos processos.

Zich Moyses Junior, diretor do Departamento de Economia da Saúde do Ministério da Saúde, mostrou as relações entre saúde e desenvolvimento econômico no escopo de um processo dinâmico e virtuoso. Marcou a questão do acesso nas competências do Complexo Industrial da Saúde, apontando os aspectos de propriedade industrial e os espaços para a vulnerabilidade.

Nas argumentações, Adriana Diaféria, gerente jurídica da Associação Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), historicizou a política industrial brasileira e as bases para a criação da ABDI. Ciro Mortella, presidente da Federação Brasileira da Indústria Farmacêutica (Febrafarma), apontou que há vários conceitos de interesse público. Explicou que, com o cenário atual e o quadro regulatório, não parece haver condições suficientes para participação no mercado mundial de inovação.

Um balanço geral do evento permite perceber que o propósito original foi alcançado, elencando-se e analisando-se uma série de importantes conquistas, especialmente no âmbito do Judiciário, e identificando-se os principais obstáculos que ainda persistem, no plano da propriedade industrial, para a promoção das capacitações tecnológica e produtiva no Brasil.

200 anos de Propriedade Intelectual no Brasil

O Seminário do Itamarati

Cícero Ivan Ferreira Gontijo • Advogado, professor da Fundação Getúlio Vargas, autor de livros sobre Propriedade Intelectual

O mote foram os 200 anos da chegada de D. João VI ao Brasil e a emissão da primeira norma legal referente a propriedade intelectual no país. O Ministério de Relações Exteriores decidiu realizar, em associação com a Organização Mundial da Propriedade Intelectual e o Instituto Nacional da Propriedade Industrial brasileiro, um seminário sobre a experiência brasileira em matéria de propriedade intelectual.

O encontro realizou-se no auditório do Palácio do Itamaraty, em Brasília, nos dias 29 e 30 de abril último.

Como era de se esperar, o seminário foi muito bem organizado, havia muita gente assistindo e muitos convidados de peso. A lamentar, por um lado, que a programação definitiva não foi cumprida na íntegra, por ausência de alguns palestrantes; e por

outro, que certos palestrantes repetiram o mau costume de levar uma apresentação escrita para outra ocasião, elaborada para uma exposição mais longa, deixando nos participantes a sensação de falta de interesse, num encontro revestido da maior importância.

Na abertura, o Embaixador Pedro Luiz Carneiro de Mendonça lembrou a importân-

cia da data, pois foi o Alvará de 28-01-1809 de D. João VI que criou a primeira forma de recompensa aos inventores. Não o disse, embora fosse importante, que o príncipe regente não previa como recompensa pelas invenções registradas e divulgadas nenhum privilégio de monopólio, mas uma recompensa em dinheiro a ser paga pelo tesouro nacional. A idéia não vingou porque não foi regulamentada, mas restou na iniciativa o embrião daquilo que veio a chamar-se modernamente de certificado de inventor, a comprovar que o estímulo às invenções pode-se fazer por outros meios que não o do monopólio.

Falou o Diretor da OMPI Narenda Sabharwal, informando os novos projetos em andamento e elogiando o Brasil pela participação ativa nos trabalhos da Organização, em particular na proposição da Agenda para o Desenvolvimento.

O diplomata Guilherme Patriota, chefe da Missão brasileira junto à ONU, contribuiu com a melhor frase da reunião: “para tornar curta uma longa história...”, ao discorrer sobre o histórico da propriedade intelectual. Criticou a cultura da OMPI de prestar serviços aos detentores de tecnologia, sem dar atenção aos interesses dos Estados e sobretudo dos países não desenvolvidos. Referiu-se às dificuldades encontradas para usar-se a licença compulsória com vistas à exportação de medicamentos genéricos para países pobres, em razão da previsão contida no art. 31-f de Trips. E demonstrou preocupação com a influência das decisões da Organização Mundial do Comércio, que cria normas jurisprudenciais não negociadas, sobre o futuro da OMPI.

Vinda do Uruguai, Maria Dartayete, diretora do DNPI daquele país, fez um alerta importante, ao prever a saturação do siste-

É preciso lembrar que os responsáveis pela aprovação de Trips e da lei de PI foram os mesmos, e que as circunstâncias da época fizeram nulos todos os esforços no sentido de tornar a lei nacional mais voltada aos interesses da indústria brasileira.

Complementando a discussão do tema sob o aspecto histórico, foi muito esclarecedor o depoimento do diplomata Otávio Brandelli, que era, à época da negociação da aprovação de Trips e da Lei de PI no Congresso Nacional, representante do MRE num grupo governamental que buscava esclarecer aos parlamentares os detalhes do acordo Trips e do projeto de lei de propriedade industrial proposto pelo governo. Lembrou que desde 1974 alguns países, entre eles o Brasil, eram pressionados a modificar, tornando-a mais concessiva, sua lei de propriedade industrial. Com o advento da criação da seção 301 (e depois, da super 301) na lei de comércio norte-americana, a situação ficou ainda mais difícil. Lembrou que em 06 de julho de 1990, numa reunião entre a Ministra Zélia Cardoso de Mello e a Representante Carla Hills, chegou-se à decisão de que o Brasil deveria passar a conceder patentes para produtos farmacêuticos. Em 23 de julho de 1990, o então presidente Collor anunciava seu programa de desenvolvimento industrial, que incluía uma nova lei de propriedade industrial.

Aqui dou minha pequena contribuição a esta história. Remetido ao Senado após aprovado na Câmara, o projeto do governo foi distribuído ao senador Antônio Mariz, da Paraíba, que viria a ser governador de seu Estado e morreria durante o cumprimento de seu mandato. Na preparação da audiência pública, o relator contou com a ajuda de um grupo de assessores do Senado, coordenado por mim, que lhe preparou um documento sobre os principais pontos em discussão no projeto. Após analisar todos os pontos e anotar observações sobre cada um deles, disse-nos o senador que nem mencionaria na audiência pública o tema do pipeline, porque esta era uma proposta tão absurda, tão exageradamente concessiva, que ele não acreditava que pudesse sequer obter apoio de algum senador. O projeto substitutivo de Antônio Mariz foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça. A mudança trouxe preocupação ao Poder Executivo, que o fez saber ao Senado.



Na qualidade de subsecretário de Assuntos Econômicos e Tecnológicos, falou o Emb. Roberto Jaguaribe, ex-presidente do INPI, lembrando uma antiga tese de que os direitos de propriedade intelectual não são direitos naturais e, como tal, só têm sentido se contribuem para o desenvolvimento local. Referia-se à teoria do contrato social, segundo a qual a concessão de patentes tem a mesma natureza de concessão administrativa. Por ela, o Estado concede ao particular um benefício sob a forma de monopólio temporário em troca da divulgação ampla dos detalhes da invenção e (cada vez menos em voga) da fabricação local dos produtos e processos objeto da patente. Tal tema veio a ser repetido, sob outra roupagem, nas exposições de Karin Kuntz e Cláudia Chamas, que destacaram a prevalência que deveria ser dada aos interesses públicos quando em choque com os interesses privados dos detentores de patentes.

ma internacional de patentes: o número de pedidos cresceu tanto no pós-Trips que os cinco maiores escritórios de patentes do mundo se encontram com milhões de pedidos em atraso, a gerar insegurança jurídica. Nossos INPIs não fogem do problema: os longos atrasos tornaram-se regra e não, exceção.

O jurista Denis Barbosa repetiu sua apreciação de que Trips não é tão mau assim... e pode até ser objeto de paixão. Centraliza sua crítica na Lei de propriedade industrial brasileira, que não teria sabido se conter nos estritos limites de Trips. Pede um esforço legislativo no sentido de que voltemos a Trips, como os Estados Unidos e Europa, que retiraram das matérias patenteáveis previstas em suas leis os métodos e procedimentos médicos. Cita o caso do pipeline como um grande equívoco da lei brasileira, que excedeu as concessões previstas em Trips.

Ao ser remetido o projeto para a Comissão de Economia, foi transferida a relatoria para outro senador, o substitutivo de Mariz foi vencido e foi aprovado o antigo projeto, repetindo praticamente o texto que viera da Câmara. No plenário, comprovou-se a aprovação do antigo projeto, que incluía todas as benesses propostas, ente elas o pipeline. O Senador Mariz jamais entendeu o ocorrido...

Eric Jasper, da Secretaria de Defesa Econômica do Ministério da Justiça, discorreu sobre as relações entre as patentes e os princípios da concorrência. Afirmou que superproteger a propriedade industrial é tão maléfico quanto subprotegê-la. Informou que os processos judiciais relacionados às patentes e à defesa da concorrência costumam ser custosíssimos, prejudicando o funcionamento correto do mercado. Lembrou que o Ministério da Justiça vem tratando com rigor os casos de litígio de má fé.

Interessante contribuição sobre as preocupações da Justiça em relação à aplicação da legislação de propriedade intelectual foi dada pelos desembargadores André Fontes e Liliane Roriz. O primeiro destacou que no processo de elaboração legislativa os temas de maior repercussão econômica acham-se submetidos a influências externas ao Parlamento, naquilo que ele denomina contratualização da criação das leis. Lembra um pouco a tese divulgada à época da discussão da lei de propriedade industrial, em que se argumentava que, com a aprovação da nova lei, o Brasil se tornaria

A desembargadora Liliane manifestou seu desconforto com o uso de monopólios para recompensar inventores, em todas as áreas do conhecimento. E sugeriu a busca de novas formas de remuneração, para compensar e estimular os inventores sem a concessão de monopólios, ao menos nos casos de patentes de segunda linha. Refere-se ela, provavelmente, a institutos como os certificados de inventor, usados em certos países até alguns anos atrás ou mesmo ao fundo financeiro proposto aos estudiosos de propriedade industrial por James Love, há cerca de três anos, que ainda não obteve êxito. A discussão não é nova, pois o Decreto de D. João VI, que hoje se comemora, já previa tal tipo de remuneração, mas esta discussão não interessa aos titulares de patentes.

Instrutiva, também, a palestra de Marcos Oliveira, da Abifina. Destacou o processo de desindustrialização por que passou o Brasil nas últimas décadas e mostrou, no caso dos medicamentos, um gráfico impressionante. Publicado pelo MDIC-Importação Sistema Alice, o gráfico mostra que as curvas de gastos com venda de medicamentos e gastos com importação de medicamentos estão se encontrando em 2008, numa evidência da falta de uma política industrial e da influência da aplicação de Trips e da Lei de Propriedade Industrial. De 1993 até 2007, as importações de medicamentos acabados subiram de US\$ 300 milhões para US\$ 2,5 bilhões.

Representante da OMPI na América Latina, Beatriz Bohrer entende que há neces-



respeitado pela comunidade internacional e estaria qualificado para obter um assento no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Passados mais de dez anos, nada parece ter mudado.

sidade de implementação diferenciada de Trips; reconhece que a imposição de um marco legal amplo, com medidas de enforcement, como Trips, pode impactar os países negativamente; que há necessidade de

A desembargadora Liliane manifestou seu desconforto com o uso de monopólios para recompensar inventores, em todas as áreas do conhecimento.

uma calibragem ao acordo Trips, por não ser adequado a todos os países.

O encontro contou também com palestras de representantes de indústrias, de escritórios de advogados especializados em marcas e de várias organizações públicas.

Sem querer avançar em conclusões, é preciso reconhecer que a aplicação de Trips e da Lei de Propriedade Industrial brasileira vem sendo questionada por vários atores importantes do processo de desenvolvimento de tecnologia no Brasil. Embora houvesse uma representante da Câmara dos Deputados na cerimônia de abertura, faltou, ao seminário, um relato sobre os projetos de lei em andamento no Parlamento, com propostas de mudanças na legislação brasileira de propriedade industrial. Em compensação, foi anunciado no primeiro dia do encontro, que uma Ação Direta de Inconstitucionalidade acaba de ser proposta pelo procurador-geral da República ao Supremo Tribunal Federal, pedindo que se declare inconstitucional o artigo 230 da Lei de Propriedade Industrial, que previu a existência das patentes de pipeline. No céu, o Senador Antônio Mariz deve estar mais animado...

Quem está na Química Fina

Na iminência de completar 23 anos de existência, no próximo dia 18 de junho, a ABIFINA vem apoiando, desde sua constituição em 1986, o desenvolvimento tecnológico e indus-

trial das empresas atuantes no setor da química fina, da biotecnologia e de suas especialidades, sem discriminação da origem de seu capital, desde que compromissadas com a fabricação no País e com esforços na área de inovação tecnológica.

Constituem a área de atuação da ABIFINA os seguintes segmentos industriais: fármacos, medicamentos e vacinas para uso humano e veterinário; agroquímico; catalisadores e aditivos; intermediários de síntese e de usos (princípios ativos); corantes e pigmentos orgânicos, além das empresas de base tecnológica prestadoras de serviços especializados na área química.

FÁRMACOS E MEDICAMENTOS

Este segmento é composto por medicamentos de uso humano e por princípios ativos utilizados na elaboração dos medicamentos. Tais princípios ativos (matérias-primas) são conhecidos como farmoquímicos, ou fármacos e, mais recentemente, como ingredientes farmacêuticos ativos (IFAs ou APIs, conforme sua sigla em inglês). A indústria de fármacos está fortemente ligada à indústria farmacêutica, de cuja cadeia é o elo mais importante.

O segmento de fármacos e medicamentos caracteriza-se por ser intensivo em pesquisa e desenvolvimento, podendo sua atuação ser dividida em quatro estágios: 1º- P&D de novos IFAs; 2º- Produção em escala dos IFAs; 3º- Produção de medicamentos e 4º- Inserção dos medicamentos no mercado.

Atualmente existe uma forte tendência mundial no sentido de serem buscadas rotas alternativas de produção nessa área, através de processos biotecnológicos. Além das rotas biotecnológicas, cresce também a produção de medicamentos obtidos a partir de matérias-primas naturais – os medicamentos fitoterápicos.

A indústria farmacêutica brasileira, após breve período de retração nas vendas, no final da década de 1990 e início de 2000, retomou seu crescimento ao

longo dos últimos anos, tendo registrado um faturamento de US\$ 17,1 bilhões em 2008 contra US\$ 14,6 bilhões em 2007, um aumento de cerca de 15% no período. Entretanto, apesar do aumento observado no faturamento, a balança comercial da indústria farmacêutica brasileira vem apresentando déficits contínuos, atingindo cerca de US\$ 2,0 bilhões em 2008. Em relação à indústria farmoquímica, o déficit foi de US\$ 1,1 bilhão em 2008, sendo que no período de 1995 a 1998 o déficit acumulado superava o déficit da indústria farmacêutica em US\$ 1,6 bilhão. A partir de 1999, com o aumento das importações de medicamentos prontos, a situação foi invertida, com maiores déficits para a indústria farmacêutica. Apesar do déficit acumulado, observa-se um crescimento nas exportações brasileiras de fármacos e medicamentos nos últimos anos, atingindo cerca de US\$ 1,2 bilhão em 2008, sendo as exportações de medicamentos correspondentes a 65% e as exportações de farmoquímicos 35% do total. As exportações de fármacos e medicamentos apresentaram um aumento de cerca de 50% entre 2005 e 2008.

No complexo industrial da saúde (fármacos, medicamentos e vacinas), a ABIFINA representa indústrias que operam no setor e executa um papel articulador

de parcerias público-privadas, visando o atendimento de produtos para o Sistema Único de Saúde (SUS).

No setor de fármacos a atuação é focada na fabricação local dos IFAs requeridos para a demanda pública dos medicamentos essenciais ao atendimento do SUS, destacando-se, entre os temas trabalhados pela entidade, o sistema regulatório coberto pela Anvisa, a defesa do mercado interno e o mecanismo conhecido como Poder de Compra do Estado.

Na área de medicamentos são desenvolvidas ações voltadas para temas em que a ABIFINA construiu sólida reputação, como é o caso da propriedade intelectual.

DEFENSIVOS AGRÍCOLAS

São produtos destinados ao uso nos setores de produção, armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens e na proteção de florestas nativas ou implantadas e de outros ecossistemas. Classificam-se em inseticidas, fungicidas, herbicidas e outros grupos menores, como os raticidas, acaricidas e pesticidas.

Defensivos agrícolas são chamados também de produtos agroquímicos ou, de forma preconceituosa, de agrotóxicos - este último, inclusive, é o termo bastante utilizado no Brasil em função da definição equivocada

da constante da legislação nacional.

Os sucessivos aumentos na produtividade agrícola brasileira não teriam sido alcançados sem a correta e segura utilização dos defensivos agrícolas, setor que vem apresentando faturamento crescente nos últimos anos, atingindo US\$ 7,1 bilhões em 2008, com alta de 30% em relação a 2007 (US\$ 5,4 bilhões). Os números colocam o Brasil na liderança do consumo mundial de agroquímicos, posição antes ocupada pelos EUA.

O segmento agroquímico é um dos contemplados pela atual Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior do governo, com a criação do fórum da cadeia agroquímica. Discute-se, no âmbito desse fórum, no qual a ABIFINA tem participação ativa, uma série de ações que poderiam reverter o saldo da balança de pagamentos. O déficit comercial do setor é crescente - US\$ 466 milhões em 2007 e US\$ 835 milhões em 2008 - o que representa um crescimento de 79% no período. Esse panorama é verificado porque as importações saltaram de US\$ 836 milhões em 2007 para cerca de US\$ 1,3 bilhão em 2008, um aumento de 55%, enquanto o aumento observado no mesmo período para as exportações de agroquímicos foi de apenas 17%.

Na área agroquímica a ABIFINA promove encontros específicos com os órgãos federais responsáveis pelo registro (Mapa, Anvisa e Ibama) e com os órgãos que tratam dos cadastros estaduais.

VACINAS

A despeito dos esforços que vêm sendo realizados pelo governo brasileiro, o País ainda não é autossuficiente na produção de vacinas, recorrendo às importações para atender as demandas da população. A balança do setor é decrescente, tendo-se registrado, em 2006, um déficit de US\$ 169 milhões contra US\$ 335 milhões em 2008. Tais déficits resultaram de importações no valor de US\$ 193 milhões em 2006 e de US\$ 386 milhões em 2008, em contraposição às exportações de US\$ 24 milhões em 2006 e US\$ 50 milhões em 2008. Verificou-se, portanto, um aumento de praticamente 100% nas importações

do período entre 2006 e 2008, contra um crescimento de 48% nas exportações brasileiras de vacinas.

CATALISADORES E ADITIVOS

Catalisadores são utilizados principalmente nos processos de isomerização, craqueamento de petróleo, hidrogenação, alquilação, desidratação, oxidação e polimerização. O segmento registrou um aumento no seu déficit comercial, de US\$ 54 milhões em 2006 para US\$ 103 milhões em 2008, decorrente do acréscimo das importações, de US\$ 110 milhões para US\$ 163 milhões, enquanto as exportações evoluíram apenas de US\$ 56 milhões em 2006 para US\$ 60 milhões em 2008.

Aditivos químicos, inclusive bioquímicos, são produtos utilizados como estabilizantes ou antioxidantes em resinas plásticas, aceleradores para a vulcanização de borracha, fixadores de corantes ou pigmentos na indústria têxtil e do papel, entre outros usos. Não há dados estatísticos disponíveis sobre a produção e mercado de aditivos, em grande parte devido à sua elevada dispersão em termos de natureza dos produtos e suas aplicações.

INTERMEDIÁRIOS DE SÍNTESE

São produtos fabricados através de sínteses químicas, normalmente a partir da petroquímica básica ou, mais modernamente, via processos biotecnológicos a partir de matérias-primas da química orgânica básica, seja de origem petroquímica, seja da biomassa. A partir dos intermediários de síntese são produzidos os intermediários de uso, ou princípios ativos utilizados na fabricação de especialidades - medicamentos e defensivos agrícolas ou animais, bem como as demais especialidades finais da química fina, como os cosméticos.

Uma característica do intermediário de síntese é que o mesmo produto pode ser utilizado em diversos setores da indústria química. Embora exista uma série de empresas que fabrica intermediários de sínteses no Brasil, verifica-se uma grande dependência de produtos de terceiros países, que vem crescendo ao longo dos

anos, refletindo no aumento do déficit comercial. Em 2008, o déficit foi da ordem de US\$ 1,8 bilhão (US\$ 2,2 bilhões de importações em contraposição a US\$ 424 milhões de exportações), enquanto em 2004 as importações foram de US\$ 1,5 bilhão e as exportações registraram US\$ 220 milhões, totalizando um déficit de US\$ 1,3 bilhão.

CORANTES E PIGMENTOS ORGÂNICOS

Os corantes são retidos no material em que são aplicados por adsorção, solução, retenção mecânica ou por ligações químicas iônicas ou covalentes. Podem ser reativos, ácidos, azóicos, básicos, à cuba, diretos, ao enxofre, pré-metalizados, solventes e à tina. Os pigmentos, por serem em geral insolúveis em água, são usualmente aplicados por meio de veículos (excipientes líquidos) que atuam na fixação das cores. O Brasil possui pequeno número de empresas fabricantes de corantes, com um faturamento que gira em torno US\$ 110 milhões. O segmento vem apresentando um déficit do saldo comercial recorrente nos últimos anos. Em 2007 esse déficit era de US\$ 160 milhões e passou para aproximadamente US\$ 196 milhões em 2008. Esse fato se deve ao aumento das importações, de US\$ 235 milhões em 2007 para US\$ 279 milhões em 2008, contra um valor de US\$ 76 milhões exportados em 2007 para cerca de US\$ 83 milhões em 2008.

Em todos os segmentos da química fina, além do sistema regulatório, a ABIFINA atua nas áreas de propriedade intelectual, inovação tecnológica focada na empresa e em assuntos afetos ao comércio exterior. Para desenvolver essas atividades foram criados internamente Comitês Setoriais voltados para os segmentos de fármacos e agroquímico e Comitês Temáticos para a tomada de posições em matérias como propriedade intelectual e inovação tecnológica.

Dentro do complexo industrial em que a ABIFINA atua, são apresentadas a seguir quatro empresas filiadas à entidade. Nas próximas edições da revista FACTO serão retomadas as apresentações das empresas associadas que operam em diferentes setores da química fina.



FÁBRICA CARIOCA DE CATALISADORES S.A.



É uma empresa de tecnologia de ponta que cria, produz e entrega soluções em catalisadores e aditivos para a indústria de refino de petróleo, sempre com foco estratégico no desenvolvimento de produtos e serviços sob medida para as necessidades das refinarias.

A empresa reúne a tradição e o know-how de dois gigantes mundiais das áreas de petróleo e petroquímica – a Petrobras e a Albemarle Catalysts, que juntas dispõem de um forte esquema tecnológico de pesquisa e desenvolvimento de catalisadores e aditivos e detêm a liderança em participação no mercado de catalisadores para a indústria de refino de petróleo no mundo, além da liderança no mercado de catalisadores de FCC na América do Sul.

Mesmo com toda crise mundial, já é realidade a implantação de uma planta

protótipo no Parque Tecnológico de Santa Cruz para pesquisa na área de catalisadores. Esta unidade, batizada de Procat, será implantada através de um projeto de infraestrutura da Petrobras com a Escola de Química da UFRJ.

A planta, cujo investimento total está estimado em R\$ 27 milhões, terá uma área construída de 760 m² em uma área total de 2250 m² dentro do Parque Tecnológico de Santa Cruz, com o início das operações da Procat previsto ainda para este ano.

A Fábrica Carioca de Catalisadores e a UFRJ assinaram o contrato de cessão da área onde a planta será instalada, em regime de comodato. A FCC acredita que sua parceria com a UFRJ e o Cenpes trará benefícios para todos. Isto porque a Procat vai permitir à Fábrica Carioca de Catalisadores agilizar suas pesquisas e testes nas áreas de catalisadores de FCC e produtos afins, ao mesmo tempo em que possibilitará à UFRJ e ao Cenpes ampliarem suas pesquisas nas áreas de catalisadores e biocombustíveis. Esta planta facilitará sobremaneira o *scale-up* dos processos em desenvolvimento e, em função do seu po-

tencial de atração de novos empreendimentos, contribuirá para a consolidação do Parque Tecnológico de Santa Cruz e para o desenvolvimento regional.

O Parque Tecnológico de Santa Cruz será composto de uma incubadora de empresas de base tecnológica; uma unidade piloto multipropósito destinada à pesquisa para produção de adsorventes, catalisadores heterogêneos e seus respectivos intermediários para a indústria de química fina; serviços de apoio e uma incubadora social. Sua missão é promover o fortalecimento do setor de química fina, voltado para as cadeias produtivas do petróleo, petroquímica e gás natural, através da implementação de um ambiente propício à formação de arranjos produtivos locais e de novas empresas *spin-off*.

O empreendimento visa estimular a economia regional, através da geração de empregos para trabalhadores qualificados e da inclusão da comunidade local, pela implantação de uma incubadora social, onde serão desenvolvidas, entre outras, atividades de reciclagem de refugos industriais.

HELM DO BRASIL LTDA.



Uma empresa alemã, sediada em Hamburgo – Alemanha, com 109 anos de história, especializada na distribuição de produtos químicos líquidos e sólidos, matérias – primas e produtos acabados para indústria farmacêutica, nutrição humana e animal e defensivos agrícolas.

Fundada em 1900, por Karl Otto Helm, a empresa se estabeleceu em 1960 no mercado internacional de químicos, com filiais na Dinamarca, Espanha, México, Japão e Índia. Seu faturamento atingiu US\$ 240 milhões em 1970, ano em que a Helm marcou presença em mais de dez países. Em 1978 a empresa Karl O. Helm passou a ser uma sociedade anônima chamada Helm AG. Em 1980, já instalada em mais de vinte países, a empresa viu seu faturamento atingir US\$ 750 milhões. Em 2008 o faturamento global da empresa atingiu US\$ 13,4 bilhões, com patrimônio de US\$ 494 milhões e aproximadamente 1.350 funcionários.

HELM DO BRASIL - Em 1975 iniciou as operações no Brasil, com a distribuição de produtos químicos, farmacêuticos, nutrição humana e animal, e fertilizantes. Em 2004 iniciou a distribuição de defensivos agrícolas, com o lançamento da primeira marca: Glifosato 480 HELM.

Nos seus negócios internacionais, a Helm do Brasil atua como elo entre os fabricantes de produtos químicos e a indústria de transformação, através de uma rede de filiais, serviços terceirizados e de cooperações que assegura o acesso aos mercados importantes.

A Helm garante a entrega just-in-time, pois trabalha com grandes volumes e armazenagem em instalações dedicadas, possuindo terminais de tanques e operações logísticas para todos os produtos.

Com participação em unidades industriais, a empresa tem sua qualidade garantida com processos de produção em projetos estratégicos.

Dentre os principais produtos químicos líquidos distribuídos pela Helm, estão: acetato de etila, acetato de vinila monômero, ácido acético, álcool laurílico etoxilado, estireno, etanol, etanolaminas, etilenoglicóis, alquil benzeno linear, alquil benzeno linear

sulfônico, metanol, nonilfenol etoxilado, polietilenoglicóis e propeno.

Entre os produtos químicos sólidos: álcool cetostearílico, anidrido ftálico, dicianodiamida, dióxido de titânio rutílico, melamina e potassa cáustica. Entre os principais produtos exportados pela empresa encontram-se: manitol, gestodeno, lecitina de soja, iodato de cálcio anidro, iodeto de potássio e iodeto de potássio estabilizado.

Na área de defensivos agrícolas e farmacêuticos, o corpo científico e técnico da Helm oferece serviços de desenvolvimento de produtos e formulação, análise de patentes, gerenciamento de qualidade e dos registros de produtos com dossiê completo.

Defensivos Agrícolas: As negociações da Helm foram iniciadas nos anos 1970 com a antiga União Soviética. Nos anos 90 a empresa deu início ao time de toxicologia, com trezentos registros em diferentes países. Em outubro de 2004 iniciou-se a distribuição de defensivos agrícolas no Brasil e, em 2007, a cooperação com empresas multinacionais de síntese. Entre os projetos da Helm estão previstos três novos produtos que devem ser lançados ainda em 2009 e quatorze novos produtos com lançamento previsto para o período 2010/2012.





MICROBIOLÓGICA QUÍMICA E FARMACÊUTICA LTDA.



É uma empresa brasileira de base científica com competência em síntese orgânica focada em nucleosídeos e análogos. Integra organicamente pesquisa, desenvolvimento, fabricação e comercialização.

Durante a década de 1990 a Microbiológica criou tecnologias para a fabricação verticalizada de importantes agentes usados para o combate ao vírus da AIDS: AZT (que ganhou o nome de AZT Brasileiro), Lamivudina e Estavudina. Pelas circunstâncias do mercado, a empresa suspendeu essa atividade temporariamente no início desta década. Recentemente, estimulada pela Finep através do programa de subvenção econômica e pelas evidências de uma nova política industrial, a Microbiológica retomou o desenvolvimento de tecnologias antivirais a serem implantadas em sua unidade de Jacarepaguá. Esse desenvolvimento tem se bene-

ficiado de forma extraordinária da grande experiência da Microbiológica na qualificação crescente dos seus produtos e de sua reconhecida competência na área de nucleosídeos. Alguns novos antivirais de importância estratégica já se encontram em desenvolvimento, em fase piloto.

Para exportar mais de 80% de suas produções para a Europa, a Microbiológica tem percorrido um longo caminho de colaboração com instituições de reconhecimento internacional e se submetido anualmente a minuciosas auditorias que têm resultado no aperfeiçoamento permanente de sua produção e na diferenciação de seus princípios ativos. Isso fez com que a Microbiológica tenha se especializado na fabricação de princípios ativos customizados, o que permite aos seus parceiros a produção de genéricos de alto padrão de qualidade, tanto no Brasil como no exterior. É o caso dos imunossuppressores Azatioprina, Mercaptopurina e Talidomida, cuja fabricação atual gira em torno de cinco toneladas anuais, des-

tinadas principalmente ao mercado europeu. No Brasil, a Microbiológica acaba de firmar um contrato de fornecimento de Talidomida com a Fundação Ezequiel Dias (Funed) para atendimento ao programa do Ministério da Saúde e, no âmbito privado, mantém uma parceria com a EMS.

Em sua unidade “Quilolab”, ligada à estrutura de pesquisa e desenvolvimento, são fabricadas atualmente as citocininas, reguladores naturais do crescimento vegetal usadas em biotecnologia e com grande potencial de aplicação na agricultura. A maior parte dessa produção é exportada para a Europa, EUA e Índia.

Em seus 28 anos de vida, a Microbiológica sempre procurou contribuir significativamente com o desenvolvimento tecnológico nacional, criando soluções inéditas para problemas relevantes e formando recursos humanos de alto nível comprometidos em um processo de reinvenção permanente, o que a mantém jovem e com perspectiva otimista de futuro.

OXITENO S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO



É uma das empresas do Grupo Ultra que também atua nos setores de distribuição de combustível; armazenagem, distribuição e comercialização de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) e soluções logísticas integradas para granéis especiais.

As operações da Oxiteno são integradas e, aliadas a uma alta produtividade, garantem a eficácia de desempenho dos produtos da empresa nos diversos mercados em que atua, que vão desde o setor de cosméticos e embalagens para bebidas até o de fluidos para freios e de tintas e vernizes. A linha de produtos da empresa abrange tensoativos, solventes, óxido de eteno, etilenoglicóis, etanolaminas, produtos oleoquímicos, catalisadores, especialidades químicas, óleos minerais e líquidos para freios.

A empresa atua em mais de quarenta países, nos cinco continentes. Cerca de 30% da sua produção é exportada para uma vasta gama de empresas, no mundo inteiro, por meio de uma rede de distribuidores, representantes e agentes.

Em 2008, a Oxiteno investiu R\$ 516 milhões concentrados nos projetos de expansão da capacidade produtiva, em especial na conclusão da unidade Oleoquímica, na expansão de capacidade de especialidades



químicas e na expansão da produção da capacidade de óxido de eteno em Mauá (SP). Em adição, reforçou sua atuação global com a abertura de um escritório comercial na Bélgica. Em 2007 já havia reforçado seu posicionamento nas Américas, com a abertura de escritórios comerciais na Argentina e nos Estados Unidos, e aquisições no México e na Venezuela.

Também em 2008, a empresa deu início à expansão da unidade de aminas em Camaçari (BA), com salto de capacidade de 45 mil para 110 mil toneladas por ano. A expansão atendeu à crescente demanda de aminas, destinadas principalmente aos mercados de defensivos agrícolas, cosméticos e limpeza, segmentos que têm apresentado crescimentos expressivos, derivados do posicionamento do Brasil como um dos maiores exportadores mundiais de commodities agrícolas e do aumento expressivo da renda da população brasileira.

Com a aquisição da Ipiranga, a Oxiteno assumiu as operações da Empresa Carioca de Produtos Químicos – Emca, principal produtora de óleos minerais brancos e fluidos especiais da América Latina. O posicionamento geográfico da planta dentro do Polo Petroquímico de Camaçari facilitou o processo de integração com a Oxiteno e propiciou a otimização de processos como transporte e compartilhamento de fornecedores. Comercialmente, a integração da Emca reforça a presença da Oxiteno nos setores farmacêutico, de cosméticos, petróleo e de plásticos. A nova unidade mantém ainda uma forte sinergia com a planta de alcoóis graxos, pois seus óleos minerais complementam o portfólio de derivados vegetais fornecidos pela Oleoquímica.

Ainda em 2008, a Oxiteno iniciou a operação da Unidade Oleoquímica, tornando-se pioneira na produção de alcoóis graxos na América Latina, com

capacidade para a produção de cerca de cem mil toneladas de produtos por ano, utilizando matéria-prima de origem renovável - o óleo de palmiste. Hoje, a Oxiteno é a maior consumidora de alcoóis graxos do país, reagindo o produto com o óxido de eteno para produzir especialidades químicas, principalmente para os mercados de cosméticos, detergentes, têxtil e agroquímico.

Localizada em Camaçari, a Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. conta com toda a infraestrutura e a mesma qualidade de produtos e serviços da Oxiteno. Com a nova fábrica, a Oxiteno equipara-se às cinco maiores empresas mundiais que produzem alcoóis graxos – Sasol, Shell, Cognis, KAO e P&G, nenhuma com plantas na América Latina, que vinha sendo suprida exclusivamente por importações.

Em edital publicado em 2007, o Ministério da Ciência e Tecnologia divulgou a aprovação de apoio financeiro para a realização cooperativa, entre empresas e instituições científicas, de projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico no âmbito da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior. A Oxiteno apresentou nove propostas e dessas, oito foram aprovadas, a maioria relacionada à nanotecnologia, área em que a empresa vem investindo em pesquisas há algum tempo e que está alinhada aos interesses do país e tendências do setor.

O investimento em inovação e desenvolvimento de novas tecnologias, em parceria com empresas e universidades, tem sido outra vertente adotada pela Oxiteno na busca pelo crescimento e criação de valor. Além da nanotecnologia, a empresa investe em pesquisas em busca de fontes renováveis de matérias-primas – a chamada química verde. O setor de pesquisa da empresa conta com o apoio de um Conselho de Ciência & Tecnologia, formado por alguns dos mais conceituados acadêmicos e consultores em tensoativos do mundo.

Analizando a PDP

por Marcos Oliveira • Vice-presidente de Estudos e Planejamento da ABIFINA



A Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP está completando um ano sem que se possa fazer uma análise conclusiva sobre os resultados alcançados até aqui. Não apenas por que um ano seja um período relativamente curto para aferição de resultados em programas que focam objetivos de longo prazo, mas principalmente, porque a maior parte do período a analisar foi dominada pela crise financeira internacional que nascendo nos EUA se espalhou rapidamente pelo mundo inteiro, a partir de setembro de 2008. Daí em diante as preocupações econômico-financeiras, seja do governo seja do setor privado, passaram a

focar muito mais a sobrevivência do que o desenvolvimento. Tanto os orçamentos federais quanto os das empresas tiveram que ser rapidamente ajustados para fazer frente a rápida contração nos fluxos de comércio e do crédito, o que jogou as preocupações com o estímulo a inovação para segundo plano.

Se considerarmos a PDP como um desdobramento da PITCE teremos um prazo mais longo sobre o qual direcionar a análise e aí a carência que sobressai é a da falta de indicadores adequados para medir o desempenho. Como tanto a PITCE quanto a PDP foram lançadas tendo a inovação como mola propulsora do desenvolvimento existe uma tendência de se usar indicadores como patentes e artigos científicos como medidores do avanço da inovação. Tais indicadores medem mais o avanço científico do que o tecnológico, e embora úteis, não são os mais adequados para analisar os resultados de uma política industrial de forma ampla. Patentes industriais protegem invenções e não inovações e embora haja correspondência entre os dois conceitos não há uma correlação forte entre eles.

Nem toda patente de invenção gera uma inovação. Alguns dados mostram que menos de que 10% de todas as patentes emitidas no mundo geram efetivamente uma inovação no mercado. Um estudo recente feito com as patentes emitidas pelo Escritório Europeu de Patentes mostrou que a metade delas caduca de ofício por falta de pagamento das taxas, ainda antes de decorridos 10 anos de seu prazo de proteção. Por outro lado, patentes não são a única forma de proteção sobre inovações. Há vários estudos que mos-

tram que em muitos ramos da indústria a proteção as inovações é feita por outras formas, pelo sigilo, pela rápida curva de aprendizado, pela primazia de entrada no mercado, pela força da marca, entre outras. Apenas para alguns setores de conhecimento cumulativo acentuado e facilidade de imitação é que as patentes de invenção são o elemento de proteção de primeira escolha. Entre estes se encontram os setores químico, farmacêutico e eletro-eletrônico, por exemplo.

A inovação adquire valor quando chega ao mercado, quando se materializa como um novo produto ou um produto aperfeiçoado ou como um método mais eficiente de gerar um produto e desta forma o aumento da agregação tecnológica da produção pode ser um indicador mais confiável do desenvolvimento.

Há alguns anos que a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE se utiliza da análise do perfil de agregação tecnológica do comércio exterior dos países como medida do desenvolvimento. Ela divide os produtos comercializados internacionalmente em quatro categorias: alta intensidade tecnológica, média-alta intensidade tecnológica, média baixa intensidade tecnológica e baixa intensidade tecnológica. Recentemente o Instituto para Estudos do Desenvolvimento Industrial –IEDI publicou dados relativos ao Brasil utilizando esta metodologia de análise a partir dos dados de comércio exterior constantes do sistema ALICE do Ministério do Desenvolvimento e Comércio Exterior – MDIC.

As exportações brasileiras estão concentradas nos setores de media-baixa e baixa intensidade tecnológica.

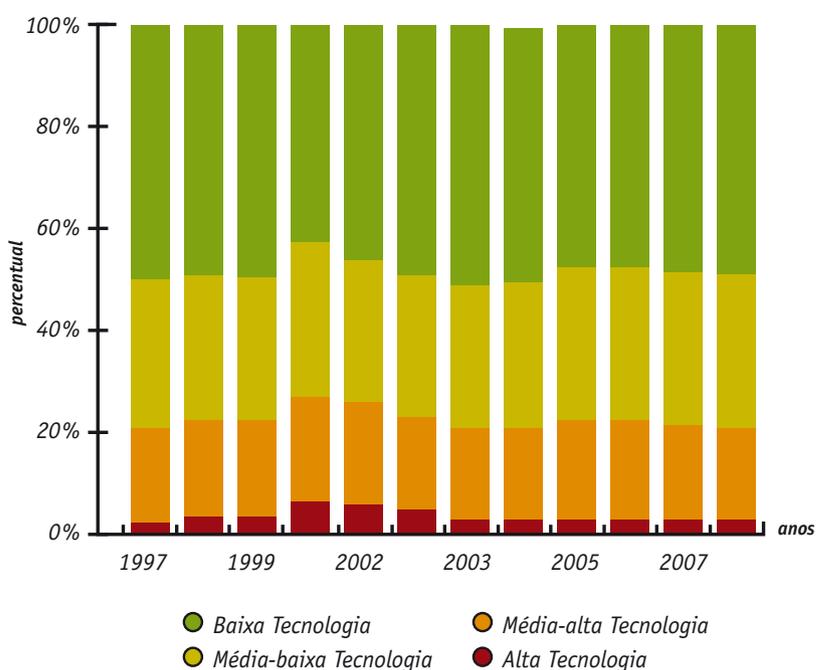
A situação se inverte quando se trata do perfil das importações: Mais de 70% do total dos produtos importados pelo País está concentrado nas categorias de alta e média-alta intensidade tecnológica.

A constatação da nossa extrema dependência em relação à importação de bens de maior valor agregado e exportação de commodities não é novidade, é claro. A novidade será usar a reversão deste padrão como medida da eficácia da política industrial baseada na inovação. Pelos dados dos gráficos acima é possível notar uma relativa estabilidade no nível das importações e exportações de produtos de alta e média – alta intensidade tecnológica. Alterar este padrão é o desafio que se coloca para a PDP e aí é que o foco em determinados setores industriais, como o químico e farmacêutico, vai se tornar essencial.

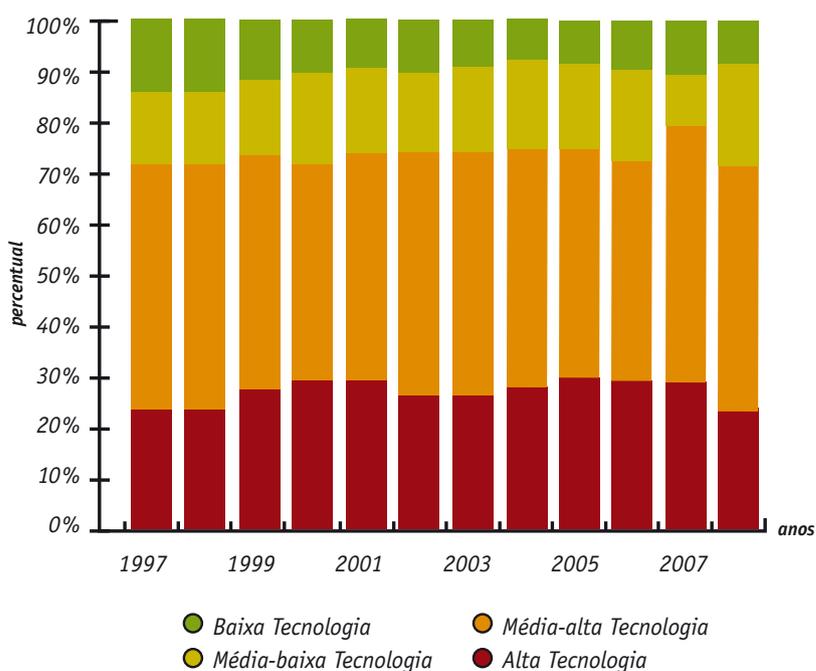
Produtos farmacêuticos estão no grupo dos de alta intensidade tecnológica e os demais produtos da indústria química são classificados no segmento de média-alta intensidade tecnológica e ambos apresentam um déficit considerável na balança comercial do País, e o que é pior, um déficit que não para de crescer, mesmo depois da PITCE e da PDP. Em 2008, as importações de produtos farmacêuticos acabados, produtos em dose, classificados nas NCM 3002, 3003 e 3004 atingiram o pico de 4 bilhões de dólares e os produtos da química fina - intermediários de síntese e princípios ativos das classes 2920 a 2940 - alcançaram o valor inédito de 5,3 bilhões de dólares.

A constatação da nossa extrema dependência em relação à importação de bens de maior valor agregado e exportação de commodities não é novidade, é claro. A novidade será usar a reversão deste padrão como medida da eficácia da política industrial baseada na inovação. Pelos dados dos gráficos acima é possível notar uma relativa estabilidade no nível das importações e exportações de produtos de alta e média – alta intensidade tecnológica. Alterar este padrão é o desafio que se coloca para a PDP e aí é que o foco em determinados setores in-

Exportações 1997-2008 por intensidade tecnológica



Exportações 1997-2008 por intensidade tecnológica



dustriais, como o químico e farmacêutico, vai se tornar essencial.

Produtos farmacêuticos estão no grupo dos de alta intensidade tecnológica e os demais produtos da indústria química são classificados no segmento de média-alta intensidade tecnológica e ambos apresentam um déficit considerável na balança comercial do País, e o que é pior, um déficit que não para de crescer, mesmo depois da PITCE e da PDP. Em 2008, as importações de produtos farmacêuticos acabados, produtos em dose, classificados nas NCM 3002, 3003 e 3004 atingiram o pico de 4 bilhões de dólares e os produtos da química fina - intermediários de síntese e princípios ativos das classes 2920 a 2940 - alcançaram o valor inédito de 5,3 bilhões de dólares.

Sepultada a idéia do desenvolvimento pelo laissez-faire a retomada de uma política industrial pelo governo foi certamente um avanço, mas que está a merecer aperfeiçoamentos seja na sua execução seja nos seus mecanismos de acompanhamento.

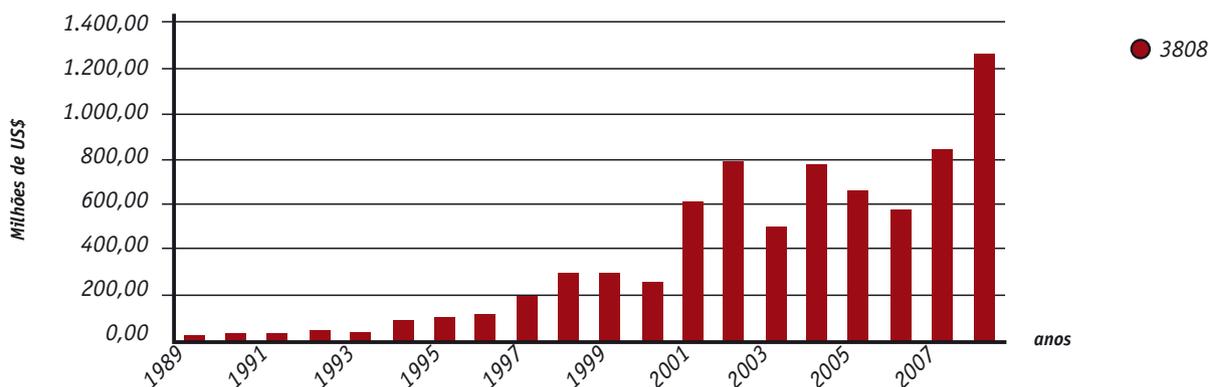
A sensação que se tem é a de que ainda há muito por fazer para alcançar a sinergia e a cooperação necessária entre as diferentes áreas do governo colocando-as para vibrar no mesmo diapasão e focar a inovação através de seus resultados práticos no mercado pode ajudar.

Não há como negar que o Governo resuscitou os instrumentos clássicos de estímulo ao setor privado, renúncia fiscal, financiamentos, subvenção, compras governamentais sendo os mais conspícuos,

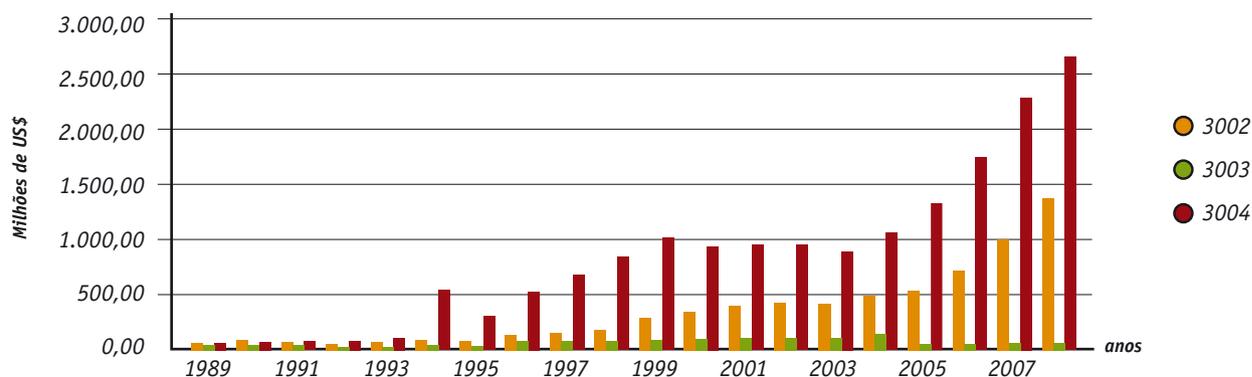
mas não há como esconder que a burocracia e a falta de uma visão homogênea quanto à execução da política entre setores do próprio governo têm prejudicado a eficácia destes instrumentos.

Fazem falta alguns grandes projetos que possam efetivamente mobilizar cadeias diversas de produção como uma grande biorefinaria, uma grande produtora de intermediários de síntese à jusante de um novo complexo petroquímico por exemplo. Neste ambiente de crise global a esperança é que a exploração do pré-sal num ritmo adequado as necessidades e potencialidades nacionais possa ser o grande projeto a dar consistência e musculatura a PDP nos próximos anos.

Importação de Defensivos Agrícolas Acabados

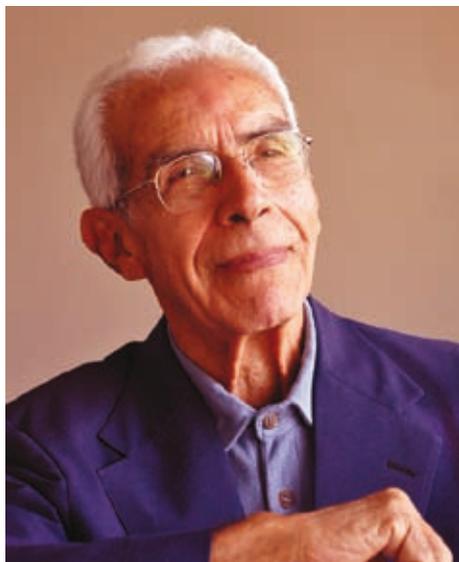


Importações de Medicamentos Acabados



Direito do povo à informação

por *Brasilio Accioly* • Engenheiro e jornalista, conselheiro da Federação Brasileira das Associações de Engenheiros e da Associação de Observadores da Imprensa, ex-conselheiro da ABI (Associação Brasileira de Imprensa)



Há bem mais de uma década entidades de jornalistas e instituições da sociedade lutam pela democratização dos meios de comunicação social. O direito constitucional à informação, de importância fundamental para o exercício da cidadania e da democracia, tem sido freqüentemente desrespeitado em questões da maior importância para o país. Isto contribuiu, certamente, para nos relegar a posições vexatórias nos principais rankings internacionais de desenvolvimento, particularmente no que se refere à corrupção, que causa grandes desgastes à classe política.

O presidente Lula se queixa freqüentemente de que a mídia omite e deturpa informações. Em recente relato revelou que, no último plebiscito, ele e as principais lideranças do PT preconizaram o voto no parlamentarismo. Não houve a devida divulgação. Trabalhadores e o povo, sem esclarecimentos, embarcaram na demagogia dos candidatos à presidência e de seus amigos políticos.

Dois dos nossos mais respeitados parlamentares, Pedro Simon e Franco Montoro, em discursos no Senado e na Câmara, acusaram os meios de comunicação de não divulgarem informações nem dados comparativos sobre sistemas de governo, como se tivessem preferência pelo vigente, em que há mais crises, escândalos e corrupção para noticiar. Montoro, em discurso proferido na Câmara em nome do Diretório Nacional do PSDB, chegou a declarar que os governos não querem o parlamentarismo para não

terem diminuído o seu poder; que as oligarquias não o querem para continuar tratando de seus interesses diretamente com quem concentre todo o poder; e que a grande mídia também o rejeita, talvez pelo interesse em agradar o governo e as oligarquias que a sustentam com publicidade.

Pouco antes do plebiscito de 1993 sobre o sistema de governo, um evento que teria contribuído imensamente para o esclarecimento da população também foi, inexplicavelmente, esquecido pela mídia. Trata-se de um seminário realizado em São Paulo pelo cientista político Bolívar Lamounier e pelo Idesp, com a presença inclusive de especialistas estrangeiros, e onde a grande maioria dos participantes se manifestou a favor do parlamentarismo. A íntegra dos debates está em livro de Edições Loyola do Idesp. Da mesma forma, não mereceu comentários nos grandes jornais e revistas a proposta de emenda constitucional PEC-20/95, aprovada por unanimidade na Comissão de Constituição e Justiça e por 19 votos a 1 na Comissão Especial de Mérito da Câmara Federal, mas que vem sendo mantida engavetada por interesse do governo. Talvez pelo mesmo motivo a mídia não tenha dado a devida repercussão à entrevista do presidente do Congresso Nacional, senador José Sarney, publicada no Consultor Jurídico de 14/09/08, onde ele afirma que “a Constituição de 88 tornou o país ingovernável” e que “só o parlamentarismo, com o voto distrital misto, pode atender plenamente à estabilidade que todos almejamos no Brasil”.

A cumplicidade da mídia com o poder constituído tem alcance e conseqüências bem mais profundos. Desde a década de 80, a grande imprensa ignorou críticas unânimes das entidades de engenharia do País contra projetos governamentais grandiosos que visavam espoliar a sociedade brasileira.

Um dos maiores exemplos é o do transporte ferroviário do minério da Serra de Carajás, no Pará, no qual o governo desembolsou cerca de 4,5 bilhões de dólares, embora não fosse a alternativa mais econômica nem a de maior poder indutor de desenvolvimento para a região. Esse empreendimento contribuiu para o aviltamento dos preços de venda do minério brasileiro a siderúrgicas estrangeiras e concorreu para o enfraquecimento da Vale do Rio Doce, que acabou sendo vendida ao preço irrisório de pouco mais de 3 bilhões de dólares. A dita “liberdade de imprensa”, neste e noutros casos bem conhecidos, assegurou, na verdade, a sonegação de informações da maior importância para a sociedade.

A ferrovia de Carajás e outras tantas obras de engenharia lesivas ao País tornaram-se fatos consumados, mas o aperfeiçoamento constitucional e do sistema de governo é assunto da maior atualidade e importância para a sociedade brasileira. Este deveria ser um objetivo do nosso Tribunal Superior Eleitoral, que talvez possa fazer com que essa questão tenha, a exemplo do que ocorre com a propaganda partidária, espaço regular na rede nacional de rádio e TV, em horário nobre, onde especialistas de renome poderiam prestar esclarecimentos sobre os prós e contras dos diversos sistemas de governo factíveis numa democracia. Somente em rede nacional de rádio e TV esse importante serviço pode ser prestado ao povo, uma vez que as emissoras, sejam comerciais ou públicas, vivem em constante competição e têm, isoladamente, reduzida audiência.

Para haver democracia é preciso que toda a sociedade seja bem informada, a fim de que possa decidir o que é melhor para o País, em eleições, plebiscitos ou referendos.

ABIFINA comenta a notícia

Brasil é o mais preparado para enfrentar a crise entre países da América Latina

Portal Exame,
20/4/2009



A saída da crise Efeitos da crise

Valor Online,
6/5/2009

Crescimento sustentável

A internacionalização da economia brasileira teve um início extremamente desastroso, quando o ex-presidente Collor escancarou o mercado interno aos interesses do primeiro mundo sem permitir um período de ajuste à nova situação de competitividade mundial - como inteligentemente fizeram as principais nações emergentes do leste asiático. O resultado dessa inepta e inconsequente iniciativa teve um elevado custo econômico e social ao País, expresso por fábricas que fecharam as portas, desemprego e desativação de projetos de relevante significado estratégico e econômico. Destaca-se também o absurdo período de apreciação do real na segunda metade dos anos 90, que resultou na crise cambial de 1999, fruto da arrogância de alguns economistas que se consideravam infalíveis. Ou seja, somente a partir dos anos 2000, o Brasil passou a demonstrar uma séria e correta maturidade na condução de sua política econômica. À estabilidade monetária alcançada com a introdução do Real na segunda metade dos anos 90 somou-se à reintrodução de políticas públicas dedicadas à reindustrialização do País, verificadas a partir de 2002. Nesse novo cenário com inflação sob controle, o Brasil vem crescendo de forma sustentada, armazenando reservas em moeda forte como nenhum outro país latino-americano e diversificando seu mercado exportador. Além disso, vem investindo na indústria local, gerando, assim, empregos, que são expressos pela acentuada queda na taxa de desemprego que hoje atinge níveis de primeiro mundo. Certamente, hoje o Brasil está mais preparado para enfrentar e sair dessa crise internacional a um custo e em um prazo bem menores

que qualquer outro país no mundo, por desenvolver um processo de crescimento sustentável.

Celso Amorim defende a adesão da Venezuela ao Mercosul

O Globo Online,
30/4/2009



Visão reducionista

A adesão da Venezuela ao Mercosul, como para qualquer outra nação latino-americana, deve ser vista essencialmente sob a ótica dos interesses comerciais envolvidos, já que esse país se encontra em região geopolítica de interesse do Brasil. É necessário ouvir preponderantemente os setores produtivos nacionais, em especial aqueles que atuam na área de comércio externo, sejam importadores ou exportadores. Analisar o ingresso da Venezuela no Mercosul sob o viés ideológico, ou de rejeição pessoal ao seu dirigente máximo, significa antes de qualquer coisa uma visão com enorme miopia política. Ou ainda, um desvio de enfoque por interesses menores, que se explica por partir de um Congresso Nacional que possui partidos políticos interessados apenas no acesso ao poder, a qualquer preço. Em passado não tão longínquo assim, comercializar com a China não podia nem ser cogitado “porque se tratava de um país comunista, e poderíamos ser contaminados pelo vírus socialista”. Em uma economia de mercado não se pode pensar tão canhestamente; tudo muda, até a China mudou. Hoje deverá ser crescentemente o nosso maior mercado para commodities. O Parlamento brasileiro, através de expressivas lideranças partidárias, mais uma vez se apequena quando trata um assunto dessa natureza sob um enfoque voltado aos seus interesses político-partidários. Onde ficam os interesses nacionais, que não dependem de um partido, nem de um governo, mas da nação brasileira?

Reunião de Lula e Lugo sobre Itaipu termina em impasse

BBC Brasil,
8/5/2009



Equilíbrio político

O presidente paraguaio, que não honrou seus repetidos votos feitos à Santa Fé, resolveu agora abocanhar votos junto ao sofrido povo de ascendência guarani, em processo eleitoral ocorrido naquele país. Tendo prometido mais do que poderia fazê-lo, agora tenta a chantagem emocional junto ao presidente do Brasil, sabidamente um homem que tem a máxima consideração e respeito por movimentos sociais que se erguem contra injustas oligarquias implantadas nas Américas. Acontece que Itaipu foi construída integralmente com recursos brasileiros, embora parte deles tenha sido apropriada como “empréstimo” do Brasil ao Paraguai. E empréstimo é dívida que tem que ser paga, diferentemente de auxílio financeiro que o Brasil pode e deve fazer ao seu sofrido irmão. E o Paraguai tem que receber tal empréstimo sem qualquer constrangimento, muito menos embarcar nessa arrogante demagogia de seu líder de ocasião. O presidente Lula tem que manter sua soberana posição já declarada nesse sentido. Mudar, para não “criar problema”, seria dar mais força e sustentação à referida chantagem emocional a que o tema foi submetido – com conclusão indefinida.

**Reforma política:
Câmara deve
apresentar proposta
com financiamento
público e voto em lista
este mês**

*O Globo Online,
6/5/2009*



Magistratura atuante

Toda a vez que se cogita a reforma política no Brasil, surgem essas duas medidas como definitivas e miraculosas providências: financiamento público e listas fechadas. Leia-se: mais dinheiro público alocado para políticos que se têm mostrado insensíveis ao clamor da população contra seus desatinos e abusos com o erário público – que não se restringem a uns poucos partidos, mas a todos - e listas fechadas para maior dominação pelos “donos” dos partidos políticos. Listas fechadas para que os donos dos partidos garantam as vagas para reeleição dos atuais parlamentares, em especial aqueles mais desgastados pelas acusações de corrupção ou falta de ética. Isso é uma vergonha nacional que mereceria o repúdio geral da população, até mesmo pela nulidade dos votos, embora

isso, como se sabe, pelo Código Eleitoral não resulta em anulação da eleição. Mas o repúdio geral ao processo eleitoral vigente e aos partidos políticos existentes, certamente resultaria em constrangimentos de autoridades públicas – sejam políticos, sejam da Magistratura –, que certamente conduziriam a séria busca de novos caminhos para se interpretar a vontade do eleitor. A farsa eleitoral vigente, uma vez desnuda, poderia permitir a reconstrução do processo democrático, que é a forma de governo indispensável para as populações no mundo atual. Porém, não pode ser violentada pelo despudor de homens ambiciosos e sistemas viciados. O País necessita, antes de tudo, dar um banho de ética em seus políticos e, com base na dignidade pessoal, construir partidos políticos que expressem ideologias consubstanciadas em programas e propostas concretas de forma a permitir que a população possa examiná-los e, com base nesses fatos, tomar conscientes decisões em quem votar. Mas isso é um projeto ambicioso que tem que ser construído com a participação preponderante da Magistratura brasileira, para conferir um marco regulatório realmente legítimo e que permita que a população possa adequadamente se pronunciar.

**Brasil e Argentina
terão bancadas
ampliadas no
Parlasul**

*O Globo Online,
28/4/2009*



Sem bom senso

O Brasil não consegue sustentar um Parlamento minimamente confiável pela sua população e já parte para a construção de um Parlamento Mercosul. A que ponto chega a alienação do político brasileiro? E o que é bem pior, a representação política nesse Parlamento não será proporcional às populações dos diferentes países membros. O Brasil, embora constituindo bem mais que 50% do Mercosul, será parte minoritária no Parlasul. Embora os políticos digam que essa diferença de representação ocorrerá, apenas, num primeiro momento, estamos certos de que jamais haverá o retorno do Mercosul à proporcionalidade populacional de cada país da região. E isso sem se falar nas novas mordomias que serão criadas, relacionadas às consultorias e assessorias que serão montadas. Efetivamente, trata-se de uma total falta de bom senso neste momento de crise internacional criar-se esse elefante branco, verdadeira “Casa da Música” - obra faraônica recentemente montada no Rio de Janeiro.

Ouro Fino lança o hormônio Sincrodiol e se prepara para construção de nova indústria

· A Ouro Fino Agronegócio lançou, em abril, o hormônio para reprodução animal Sincrodiol. Esse estrogênio é utilizado nos protocolos reprodutivos de Inseminação Artificial em Tempo Fixo e atua na regulagem do ciclo estral dos bovinos, elevando a eficácia da sincronização e indução do cio e da ovulação.

De acordo com o gerente de Terapêuticos Hormonais da empresa, José Garla de Maio, o Sincrodiol é um eficiente instrumento para melhorar a produtividade do rebanho. “Com certeza, é mais um hormônio da Ouro Fino que trará resultados compensatórios aos criadores de bovinos de corte e leite”, afirmou José.

· A Ouro Fino Agronegócio se prepara para construção da segunda unidade no segmento agro. A primeira, em fase de construção, é um complexo industrial para a fabricação de defensivos agrícolas - herbicidas, fungicidas, inseticidas e acaricidas - para as principais culturas brasileiras, como soja, milho, cana-de-açúcar, café e citros.

Aché Laboratórios cresce em genéricos e lança novas embalagens

· O Aché Laboratórios Farmacêuticos registrou um forte crescimento em sua receita com a venda de genéricos, em 2008. A companhia vendeu R\$ 284 milhões desses medicamentos, um aumento de 45% em valores sobre o ano anterior, o dobro da média do mercado farmacêutico. Isso permitiu ao Aché consolidar o terceiro lugar em vendas de genéricos no País.

· O Aché apresentou em maio suas novas embalagens. O projeto gráfico, conduzido pela agência M Design, fortaleceu a

presença e a qualidade do Aché, valorizando as marcas dos produtos e da empresa.

Farmanguinhos lança medicamento contra a malária

Farmanguinhos, unidade técnico-científica da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), lançou, em 17 de abril, um novo medicamento para combater a malária, fruto de uma iniciativa brasileira e internacional, que será distribuído na América Latina e na Ásia.

O novo produto foi apresentado pela Farmanguinhos e pela Iniciativa de Remédios para Doenças Negligenciadas (DNDi, em inglês), no Rio de Janeiro.

Em comunicado da DNDi, o tratamento denominado ASMQ (combinação em dose fixa das substâncias artesunato e mefloquina) foi explicado como sendo o primeiro novo produto contra a malária criado na América Latina e direcionado a essa região e a Ásia.

Segundo o comunicado, em tratamento conjunto com a substância artemisinina, o medicamento “demonstrou eficácia” no combate à doença tanto na América Latina quanto no Sudeste Asiático, nos últimos anos.

“Este é um dos quatro Tratamentos Combinados com Artemisinina (TCA) recomendados pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para combater a malária falciparum na Ásia e América Latina”, explicou o DNDi.

Itatex lança a família Itagel

A Itatex Especialidades Minerais lançou, durante a Brasilplast 2009, a família Itagel. A empresa é a primeira no País a dominar a tecnologia de fabricação das organo-argilas, conhecidas também como bentonitas organofílicas, que são voltadas às poliolefinas para a fabricação de nanocompósitos poliméricos.

A família Itagel está disponível nas versões: Itagel 2007, 2008 e 2009. Ela é

composta de produtos inovadores, com uma nova concepção: as montmorilonitas intercaladas com diferentes sais de amônio quaternário.

Segundo o assessor técnico da Itatex, Ricardo Costa, o consumo de organo-argilas pelo segmento de plásticos no mercado global vem aumentando ao longo dos anos. “Sabemos que existe um grande interesse por parte do pólo petroquímico nas organo-argilas. Embora o Brasil, na última década, tenha realizado muita pesquisa acadêmica a esse respeito, não existia, até então, uma empresa nacional que dominasse essa tecnologia. E a Itatex preencheu tal lacuna tecnológica”, afirmou.

Neo Química promove semana do meio ambiente

De 01 a 07 de junho, o Laboratório Neo Química realizou a IV Semana do Meio Ambiente, que teve como tema “Sustentabilidade”. Segundo a organizadora do evento, a coordenadora da Garantia da Qualidade do Departamento de Meio Ambiente, Izabella Caldeira Landim, o principal objetivo da semana é promover a conscientização dos colaboradores da empresa e dos trabalhadores terceirizados sobre a importância dos cuidados com a natureza. “É fundamental incentivar atitudes de respeito ao meio ambiente. Somente por meio da educação que conseguiremos atingir o nível de sustentabilidade necessário para a proteção ambiental”.

Parcerias público-privadas viabilizam produção nacional de 24 fármacos

O Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, anunciou a articulação de nove parcerias público-privadas (PPPs), entre sete laboratórios oficiais e dez empresas privadas, para a produção de 24 fármacos

no Brasil, que serão utilizados pelos pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS). Com as PPPs, estima-se uma economia média por ano de R\$ 160 milhões nos gastos do Ministério da Saúde com a aquisição dos fármacos. Hoje, o Ministério gasta R\$ 800 milhões com a compra direta desses medicamentos. “É uma medida importante, que confirma todo o esforço de fortalecimento da farmoquímica nacional, ao mesmo tempo em que representa uma economia de recursos, geração de empregos e riqueza”, disse o ministro Temporão. Para ele, as parcerias são mais um passo da política do Complexo Industrial da Saúde, que tem como uma das diretrizes fortalecer no país a pesquisa, inovação e produção do setor. O antiretroviral Tenofovir será produzido em parte pela parceria de Farmanguinhos com a Globe Química, e a outra parte da produção será resultado de associação entre a Nortec Química, Blanver e o laboratório oficial Fundação Ezequiel Dias (Funed). As PPPs também prevêem a produção de anticoncepcionais de última geração. Essa produção será possível a partir da associação entre Farmanguinhos, Libbs, Stragen Pharma (Suíça) e Biolab. Outra droga que faz parte dessas PPPs anunciadas e que é bastante aguardada pelos pacientes do SUS é o Fator VII-a recombinante. Ele será produzido como resultado de uma associação entre a Cristália e a Hemobras.

Vital Brazil, Mappel/Laborvida e Fiocruz firmam parceria

O Instituto Vital Brazil (IVB) firmou uma parceria com a Mappel/Laborvida Laboratório Farmacêutico para a produção do antiretroviral a base de lamivudina + zidovudina (150+300)mg por comprimido revestido, que é registrado pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Com essa iniciativa, já foram produzidos 17 lotes do medicamento.

A Mappel, que tem 50 anos no mercado de fabricação e envase de medicamentos

sólidos, possui certificado de Boas Práticas de Fabricação (BPF), expedido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), o que significa segurança na qualidade da produção. “A Mappel é uma fábrica adequada, com uma área produtiva muito boa, que faltava ao IVB”, afirmou a gerente de Medicamentos Industriais do instituto, Tereza Lowen.

Debates Científicos comemoram 90 anos do Instituto Vital Brasil

Relembrar a história e discutir ciência. Passado e futuro se encontram nos Debates Científicos – Vital Brazil 90 anos, evento promovido pelo Instituto Vital Brazil (IVB), nos dias 1 a 3 de junho, na Câmara de Dirigentes Lojistas, em Niterói. No café da manhã que deu início a esses Debates, estiveram presentes o secretário de Estado de Saúde e Defesa Civil, Sérgio Côrtes, e o presidente do IVB, Antonio Werneck, além de diversos representantes de instituições científicas do Brasil e do exterior convidados para as palestras previstas na programação.

Segundo o presidente do IVB, o evento é uma oportunidade de discutir abertamente os rumos do setor e debater assuntos importantes, relacionados à conexão entre pesquisa científica, produção de medicamentos e políticas de saúde pública e ciência e tecnologia.

DVA traz ao Brasil único inseticida e acaricida registrado e certificado para agricultura orgânica

A DVA Brasil está trazendo para o mercado nacional o inseticida natural Azamax, o único disponível no País com registro no MAPA e certificação do IBD para agricultura orgânica, ideal para MIP (Manejo Integrado de Plantas) e MEP (Manejo Ecológico de Plantas).

ABIFINA participa do Perspectivas para o Agribusiness

O vice-presidente da ABIFINA, Luiz Guedes, participou do seminário **Perspectivas para o Agribusiness em 2009 e 2010**, no dia 5 de maio, no Centro Fecomercio (Federação do Comércio do Estado de São Paulo) de Eventos, em São Paulo.

O evento teve grande repercussão junto ao agronegócio brasileiro. Importantes entidades públicas e privadas apresentaram, sob diferentes óticas, suas análises do setor. De acordo com Guedes, o encontro teve como objetivo fornecer diretrizes e avaliações para a próxima safra, que terão fortes implicações do ponto de vista estrutural.

Em sua apresentação, o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Reinhold Stephanes, destacou, para o enfrentamento dos principais desafios do Mapa, seis temas: pesquisa agropecuária; defesa sanitária; infraestrutura de apoio, particularmente no estado do Mato Grosso; fertilizantes; crédito agrícola e Código Florestal.



ABIFINA apresenta a avaliação da PDP

O vice-presidente de Estudos e Planejamento da ABIFINA, Marcos Oliveira, e o vice-presidente e coordenador do Comitê Agroquímico da entidade, Luiz Guedes, apresentaram a avaliação da entidade sobre a implementação da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) ao presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), Reginaldo Arcuri, em um encontro fechado, em Brasília, no dia 15 de maio.

A ABIFINA destacou como prioridades para a PDP a química fina, a inovação e as necessidades sociais. Foram apresentadas informações detalhadas sobre o desempenho das importações e exportações do complexo industrial da química fina brasileiro. Além disso, foi mostrado que as políticas adotadas pelo governo desde 2004 ainda não tiveram força para mudar a dependência das importações do setor.

ABIFINA presente em oficina de trabalho sobre o Efavirenz

O vice-presidente de Estudos e Planejamento da ABIFINA, Marcos Oliveira, o conselheiro Lelio Maçaira e o diretor de Assuntos Regulatórios de Fármacos da entidade, Nicolau Lages, participaram de uma oficina de trabalho para a avaliação da efetividade da adoção de uma licença compulsória sobre o antirretroviral Efavirenz, por parte do Brasil. O evento foi promovido pelo Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em colaboração com o Centre National de la Recherche Scientifique da Université de Paris Nord, no dia 11 de maio.

Na oficina, foram analisadas as condições em que aquela medida foi adotada, a capacidade das indústrias brasileiras em atender os desafios tecnológicos de sua produção e os resultados alcançados em sua implementação.

Mesa redonda sobre tecnologia

A ABIFINA representada pelo seu 1º vice-presidente, Nelson Brasil, participou de uma mesa redonda realizada por Farmanguinhos

no dia 24 de abril, destinada a debater o relevante tema Valorização de Tecnologias, que foi objeto de programa de treinamento de recursos humanos daquele instituto, ocorrido em Genebra, no âmbito da OMPI, OMS, ONU, dentre outras organizações.

ABIFINA e Escola de Química da UFRJ promovem curso de extensão

Em parceria com a ABIFINA, a Escola de Química da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) está promovendo um curso de extensão em Auditoria Ambiental (AA). O primeiro módulo do curso, que contempla os fundamentos teóricos de AA e sua simulação, ocorre na sala de eventos da sede da ABIFINA, nos sábados de junho e julho, de 9 às 18h. Já o segundo, voltado à prática de AA, será realizado em unidades da UFRJ ou em uma indústria participante do curso, em uma data a ser definida, e terá como guia o consultor e

professor José Gurgel.

O curso visa capacitar os alunos para o entendimento e a aplicação de AA, trabalhando as bases teóricas e práticas, em situações que condizem com as necessidades dos setores público e privado na esfera ambiental. O público-alvo são os profissionais liberais e prestadores de serviços, empresários, pesquisadores e interessados em buscar conhecimento interdisciplinar em Auditoria Ambiental, além da habilitação na área.

Vice-presidente da ABIFINA participa de programa do Canal Saúde



“A minha grande preocupação é com o fogo amigo. O Brasil é muito discursivo e pouco efetivo”, afirmou o vice-presidente da ABIFINA, Nelson Brasil, no programa Sala de Convidados, do Canal Saúde, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), que discutiu a Política Nacional de Assistência Farmacêutica, no dia 24 de abril.

Segundo Nelson Brasil, o produto farmacêutico é o que apresenta, no mundo, maior rentabilidade comercial. “O que explica os grandes interesses transnacionais envolvidos na indústria de fármacos e medicamentos, dificultando a viabilidade da política de medicamentos”, completou. Destacou também uma saída para essa questão: “vontade para reformar instituições e procedimentos”.

Sobre a comemoração dos 200 anos de propriedade industrial no País, o vice-presidente da ABIFINA ressaltou a atualidade e efetividade do alvará sobre política industrial feito pelo ainda príncipe regente do Brasil, em 1809. “É uma política industrial mais atual do que a que existe hoje”. “Nós temos 200 anos de palavras, de conceito”, criticou.

O programa contou ainda com a presença do coordenador de Atenção Básica do Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, José Miguel do Nascimento, e o gerente técnico do Programa Farmácia Popular do Brasil, Hayne Felipe da Silva.

32ª Reunião Anual da SBQ

Realizou-se em Fortaleza, entre os dias 31 de maio e 2 de junho, a 32ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Química, evento que reuniu centenas de profissionais da química atuantes na indústria e na academia, além de estudantes de graduação e pós-graduação. A Abifina participou da sessão temática “Estado da arte na indústria química nacional” através de apresentações feitas pelo vice-presidente Marcos Oliveira e por Edson Lima, diretor de nossa associada Cristália.

ABIFINA participa de workshop da Abeq em junho

A Associação Brasileira de Engenharia Química (Abeq) vai promover o workshop Inovação e Sustentabilidade na Indústria Química Brasileira, no dia 26 de junho, no Everest Rio Hotel, em Ipanema, no Rio de Janeiro. O vice-presidente de Estudos e Planejamento da ABIFINA, Marcos Oliveira, apresentará, na abertura do evento, os tópicos Química Fina e Indústria Farmacêutica, dentro do tema Tecnologia e Inovação.

Serão abordados, entre outros assuntos, as matérias-primas renováveis; as fontes de energia alternativas, com discussão sobre as questões tecnológicas, mercadológicas e de regulamentação; as novas plataformas tecnológicas da indústria química e suas perspectivas ambientais, com ênfase no tratamento de rejeitos e reciclagem.

ABIFINA dá suporte à ação de inconstitucionalidade das pipelines

A ABIFINA pleiteou seu ingresso como *amicus curiae* junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), na segunda-feira (18/5), em suporte à ação direta de inconstitucionalidade das patentes pipeline, proposta pela Advocacia Geral da União.

De acordo com o 1º vice-presidente da ABIFINA, Nelson Brasil, além da inconstitucionalidade alegada na referida medida, o sis-

tema “pipeline” de patentes industriais contrariou profundamente os maiores interesses da população nacional atendida pelos medicamentos genéricos. “A ABIFINA espera que o STF corrija um equívoco da lei de patentes brasileira, que representou um enorme custo social ao país”, concluiu Nelson.



ABIFINA participa do III Encontro Regional de Química RJ/ES 2009

Nos dias 13 e 14 de maio realizou-se no Rio de Janeiro, no auditório da Firjan, o III Encontro Regional de Química RJ/ES 2009, cujo tema foi “Química, Ética e Sociedade – Química em Defesa da Vida”. A gerente técnica da ABIFINA, Diva Arrepia, participou como palestrante, do painel “Defendendo a Química”, moderado por David Tabak, consultor de Farmanguinhos e representante da ABQ. Coube a ela a apresentação do tema relacionado aos produtos agroquímicos.

10 Anos de medicamentos genéricos

A Pró-Genéricos - Associação Brasileira das Indústrias de Medicamentos Genéricos - promoveu, na última segunda-feira, 25 de maio, em São Paulo, evento em comemoração aos 10 anos de vigência da Lei 9787, que fomentou a produção e comercialização dos medicamentos genéricos no Brasil.

Com a presença do presidente da entidade, Odnir Finotti, e de executivos de empresas e entidades do segmento farmacêutico, como EMS, Eurofarma, Sanofi-Aventis, Aché, Abifina e Febrafarma, a cerimônia foi prestigiada pelo diretor-presidente da Anvisa, Dirceu Raposo de Mello, e pelo secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, Reinaldo Guimarães, entre outros políticos e imprensa.

Para Telma Salles, diretora de Relações Externas da EMS e conselheira geral da Abifina, “os genéricos representam uma opção segura e oportunizam o maior acesso à saúde e a continuidade dos tratamentos médicos pela população. Esses medicamentos, que custam no mínimo 35% menos que os de referência, vão ao encontro dos interesses sociais e contribuem para a tão sonhada construção de um Brasil mais justo na área da saúde. Só temos mesmo que comemorar essa década de conquistas”.

Hoje, os genéricos respondem por 18% do mercado farmacêutico nacional. Entre os dez medicamentos mais receitados em 2008, oito eram genéricos - número 60% superior ao de 2007. O segmento faturou mais de R\$ 3,8 bilhões só nos últimos doze meses até abril.

Protec realiza mais uma edição do curso “Projetos de Inovação Tecnológica”



A Protec realizou em 13 de maio o curso “Projetos de Inovação Tecnológica”, no Rio de Janeiro – RJ. A ABIFINA, apoiadora institucional do evento, esteve presente através de Diva Arrepia e André Landim, da

Área Técnica da entidade. O evento, organizado pela Protec - Sociedade Pró-Inovação Tecnológica com o apoio da ABDI – Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, contou com a participação de representantes de diferentes setores industriais. Durante o curso foram apresentadas metodologias para elaboração de projetos de inovação tecnológica e ferramentas para captação de recursos junto às instituições de fomento.

Participação em Audiência Pública sobre Agrotóxicos

Em 30 de abril, o vice-presidente, Luiz Guedes, e a gerente técnica, Diva Arrepia, representaram a ABIFINA em Audiência Pública realizada na Câmara dos Deputados, promovida pelas Comissões de Legislação Participativa e de Seguridade Social e Família, sobre o risco do uso de agrotóxicos em alimentos, tema que surgiu com a recente publicação dos resultados do PARA (Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos), pela Anvisa.

Seminário Anvisa

O Conselheiro da ABIFINA, Ogari Pacheco, na qualidade de representante da ABIFINA participou do seminário realizado pela Anvisa, na sede da Agência em Brasília, nos dias 20 e 21 de maio. A mesa em que Ogari participou teve por objetivo examinar o tema “Impactos da Crise Internacional no Setor Produtivo.

Seminário sobre Fitossanitários

A gerente técnica da ABIFINA, Diva Arrepia, participou de 25 a 27 de maio, em Campinas/SP, do Seminário sobre Legislação de Resíduos de Pesticidas e Contaminantes, Produtos e Fitossanitários e Sanidade Vegetal e Seus Planos de Controle, promovido pela Direção-Geral da Saúde e da Proteção do Consumidor (DG Sanco), ligada à

Comissão Européia. O seminário teve como objetivo principal debater os requisitos fitossanitários para exportação de vegetais e seus produtos para a União Europeia. O evento faz parte do Programa Melhor Formação para uma Maior Segurança dos Alimentos 2009, da DG Sanco, e contou com a presença de palestrantes oficiais europeus.

Decisão do STJ representa abertura para o agronegócio brasileiro

Em decisão contrária à extensão do prazo de patentes do setor agroquímico, solicitada pelo laboratório Bayer, foi admitido um recurso extraordinário do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI). Esse feito não ocorria desde 1995, no âmbito do Superior Tribunal de Justiça (STJ), quando as ações de prorrogação com base em Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual relacionados ao Comércio (ADPIC - Trips) passaram a ser ajuizadas naquele fórum.

A partir da distribuição do recurso no Supremo Tribunal Federal (STF), a ABIFINA pleiteou seu ingresso como *amicus curiae*.

“A admissão desse recurso representa uma abertura para a área agroquímica, tendo em vista a importância dessa decisão para o agronegócio brasileiro, bem como o fato de ela ter sido alcançada na esfera do STJ”, destacou o 1º vice-presidente da ABIFINA, Nelson Brasil.

Encontro com Especialistas Europeus sobre o REACH



A ABIFINA esteve presente no “Encontro com Especialistas Europeus sobre o REACH”, realizado em Brasília, no dia 06 de maio, através do engenheiro André Landim, da Área Técnica da entidade. O encontro, organizado pela Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), contou com a participação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO e de onze entidades de classe de diferentes setores. Um dos aspectos ressaltados pelos especialistas foi a vulnerabilidade das substâncias exportadas para a União Européia em pequenos volumes, uma vez que estas podem tornar-se economicamente inviáveis devido às exigências do REACH. De acordo com José Tarazana, membro do Comitê de Avaliação de Riscos da Agência Européia de Produtos Químicos – ECHA, os tópicos iniciais para o registro consistem na identificação das substâncias exportadas e suas aplicações além da indicação do

representante legal na UE. Até o momento, foram realizados 143 mil pré-registros de substâncias por 65 mil empresas, sendo que 129 substâncias já foram registradas. Outro aspecto relevante consiste na mobilização das empresas para criação dos consórcios, importantes para a diluição dos custos envolvidos no registro. Nessa ocasião a ABIFINA definiu aos aspectos prioritários para realização do registro de substâncias químicas: a composição de consórcios e o credenciamento de instituições no Brasil, a fim de que sejam realizados os testes exigidos pelo Regulamento relativo ao Registro, Avaliação, Autorização e Restrição de Substâncias Químicas.

Reuniões da ABIFINA: Conselho e Comitês

Realizou-se no dia 21 de maio, a reunião do Conselho Administrativo da ABIFINA com objetivo de examinar as ações em desenvolvimento na área do regulatório sanitário, política industrial e propriedade intelectual além da análise de regulamentações estatutárias da entidade. No mesmo dia ocorreu a reunião do Comitê Farmoquímico da entidade, ocasião em que foram discutidos os temas prioritários do setor para inclusão na pauta permanente das reuniões e para a criação do cronograma de ações da ABIFINA. Dentre os temas prioritários está o Registro de Insumos Farmacêuticos Ativos, a revisão da Resolução RDC N°249 e o regulamento técnico para inspeção dos fabricantes de IFA. No dia 22, ocorreram as reuniões do grupo de apoio ao INPI e do comitê de Patentes da entidade.

Publicação comentada de julgados

Foi iniciada no dia 21 de maio, a distribuição aos membros do Poder Judiciário Regional (TRF 2º Região) de exemplares do livro intitulado “A Propriedade Intelectual na Construção dos Tribunais Constitucionais”, de autoria dos juristas Denis Borges Barbosa, Karin Grau-Kuntz e Ana Beatriz Nunes Barbosa. A obra reúne os principais julgados das Cortes Constitucionais no tocante à construção jurisprudencial da Propriedade Intelectual em todo o mundo. A versão eletrônica da referida obra foi distribuída entre as empresas associadas que apoiaram a iniciativa da ABIFINA, viabilizando a contratação dos serviços do Escritório de Advocacia Denis Borges Barbosa, de reconhecida competência na área de propriedade intelectual.

ABIFINA presente na 40ª Reunião Ordinária da CTIA

A 40ª Reunião Ordinária da Câmara Temática de Insumos Agropecuários, ocorrida em 11 de maio, teve como destaque dois temas principais: 1. Apresentação sobre Resíduos de Agrotóxicos em Hortaliças, feita pelo Chefe-Geral do Centro Nacional de Pesquisa de Hortaliças da Embrapa, Celso Moretti, e os depoimentos de Girabis Ramos do DFIA/SDA e Luís Rangel da CGAA/DFIA do Mapa a respeito do processo de reavaliação de defensivos agrícola. O primeiro relatou suas preocupações com respeito ao anúncio dos resultados do PARA – Programa de Avaliação de Resíduos de Agrotóxicos apresentados pela Anvisa. Fundamentalmente levantou questões de ordem metodológica considerando os aspectos relacionados aos pontos de coleta nos supermercados e as questões relativas às avaliações dos

LMR e de produtos não autorizados. Outro aspecto considerado foi o fato de São Paulo não estar nos resultados, considerando que a Ceagesp é a mais importante unidade de comercialização de hortaliças do Brasil. Citou o caso específico do pimentão, cujos produtores no DF tiveram uma redução de R\$ 15,00 para R\$ 3,00 a caixa após o anúncio dos resultados. Quanto à participação dos membros do Mapa vale ressaltar a informação quanto à reformulação da IN02, disciplinadora do processo de reavaliação dos agrotóxicos, e o fato de que as empresas que têm, no momento, ativos objeto de reavaliação podem entrar com dados para sustentar as discussões que serão presenciais. A ABIFINA esteve presente na reunião através de seu vice-presidente Luiz Guedes, membro titular dessa Câmara.

ABIFINA discute harmonização de cadastros de agroquímicos

Sob a coordenação da gerente técnica da ABIFINA, Diva Arrepia, realizou-se no dia 15 de maio na sede da associada Helm do Brasil, em São Paulo, mais uma reunião do Grupo de Trabalho de Cadastros Estaduais, ocasião em que foram discutidas as dificuldades enfrentadas pelas empresas e sugeridas ações para serem implementadas pela entidade nesse contexto.

Como desdobramento dessa reunião, Diva Arrepia, esteve em Porto Alegre, no dia 20 de maio, participando de reunião com a chefe da Divisão Agrosilvopastoril de Agrotóxicos da Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam), Marta Labris, discutindo a questão do cadastro de produtos agroquímicos no Rio Grande do Sul.

Ibama – Registro de Agroquímicos

Arnaldo Massariol, diretor de Assuntos Regulatórios de Agroquímicos e a gerente técnica, Diva Arrepia, representando a ABIFINA, participaram no dia 29 de abril de encontros no Ibama. Pela manhã, a reunião teve por objetivo orientar as empresas de registro quanto à correta apresentação de requerimento de avaliação ambiental de agroquímicos naquele instituto, tanto para inserção eletrônica quanto para o protocolo de documentos. Nessa oportunidade as diversas empresas presentes foram informadas dos erros mais frequentes identificados pelo Ibama na submissão do registro. À tarde, a ABIFINA e as demais entidades do setor se reuniram com o coordenador Reinaldo Vasconcelos, da Coordenação Geral de Avaliação e Controle de Substâncias Químicas do Ibama, quando foram apresentados os procedimentos administrativos que deverão ser adotados pelo Ibama para reavaliação de produtos agroquímicos.

ABIFINA avalia o produto Endossulfam em audiências

A ABIFINA foi recebida dia 22 de abril em audiências pelo DEINT – Departamento de Negociações Internacionais do Ministério da Indústria e Comércio Exterior (MDIC), às 9 horas, e pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), às 10h30min. O encontro da entidade nesses dois órgãos teve por objetivo expor e comentar, em nome do setor produtivo de agroquímicos que representa no país, a importância da manutenção da produção, comercialização e uso do produto agroquímico Endossulfam no Brasil, que está sendo ameaçado de ter seu comércio internacional controlado, via Convenção de Roterdã ou de banimento de uso, pela Convenção de Estocolmo. No encontro com Antonio Juliani, analista de Comércio Exterior da Secex/MDIC, a ABIFINA obteve o compromisso de que, sob o ponto de vista econômico (considerando ainda a observação de critérios

técnicos), o MDIC irá defender a produção, o comércio e o uso desse produto no Brasil. O MDIC informou que apresentaria ao MRE, Ibama, MMA, Anvisa e MS Nota Técnica para a não inclusão de 10 substâncias químicas, dentre elas oito agroquímicos, nos anexos das referidas convenções. No MRE, a reunião aconteceu com o conselheiro André Odenbreit e com o 2º secretário Ciro Russo, representante do Itamaraty nas reuniões dessas convenções. Nessa oportunidade foi feita uma detalhada apresentação técnica e econômica sobre o significado da retirada do Endossulfam do mercado brasileiro. Participaram pela ABIFINA o vice-presidente Luiz Guedes, o diretor de Assuntos Corporativos da Milenia Agrociências e também membro do Comitê Agroquímico da ABIFINA, Tarciso Bonachela e a gerente técnica, Diva Arrepia.

.....

FÓRMULA DE DESENVOLVIMENTO PARA O BRASIL

CADEIA PRODUTIVA DE FÁRMACOS E MEDICAMENTOS

Componente Obrigatório

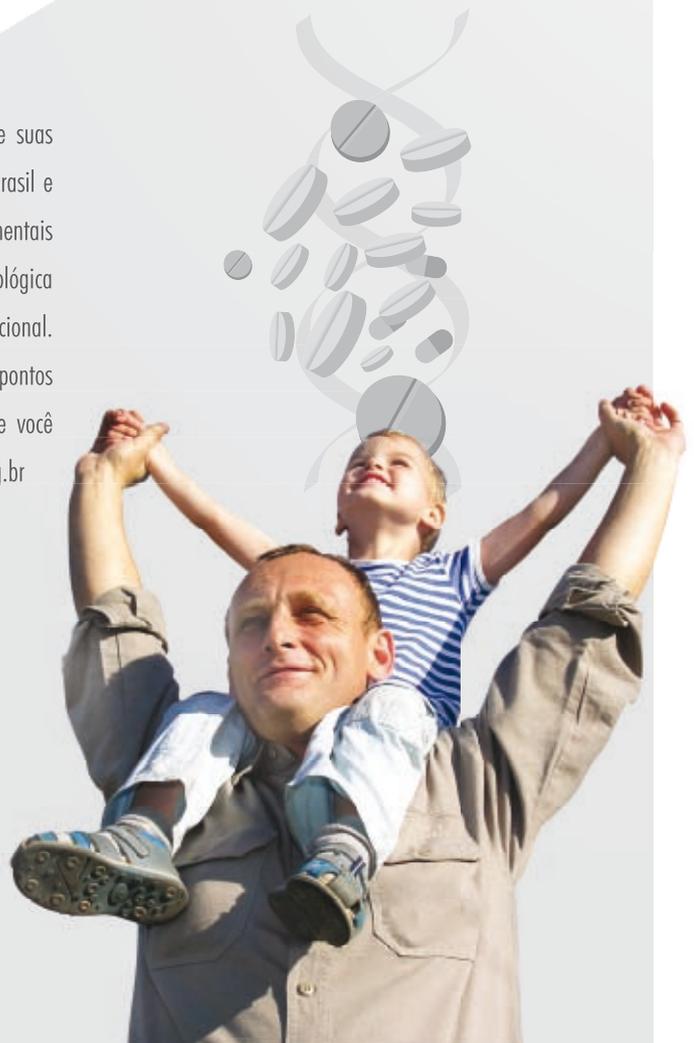
.....

A ABIFINA, Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades, luta pela valorização dos fármacos e medicamentos fabricados no Brasil e pelo desenvolvimento da tecnologia nacional desta área. As compras governamentais representam um dos instrumentos mais importantes de apoio à política industrial, tecnológica e de comércio exterior. Dar preferência a produtos nacionais é fortalecer a indústria nacional. A ABIFINA atua para melhorar a discussão e o encaminhamento deste e de outros pontos fundamentais de uma agenda para o desenvolvimento que o Brasil necessita. Se você também tem compromissos com o Brasil de amanhã, visite nosso site www.abifina.org.br

SOBERANIA É TER SAÚDE.



ABIFINA
FORMULAMOS SOLUÇÕES PARA O BRASIL DO FUTURO.



fármacos e medicamentos • defensivos agrícolas • defensivos animais • vacinas •
catalisadores e aditivos • intermediários de síntese • corantes e pigmentos orgânicos

Encontre num único local oportunidades de parcerias internacionais e mais de 8 mil compradores e usuários



A continent of new growth

26 a 28 Agosto 2009

Transamérica Expo Center
São Paulo, SP, Brasil

- Ponto de encontro exclusivo dos principais fabricantes internacionais de matéria-prima na América Latina.
- Agora em São Paulo - maior pólo sul-americano da indústria farmacêutica
- 12 mil m² - Duas vezes maior que em 2008
- Mais de 250 expositores nacionais e internacionais
- Mais de 80 países participantes



Organização



United Business Media

Para mais informações sobre como expor ou visitar:

Tel (55 11) 4689-1935 - Fax (55 11) 4689-1926 - cphi@cmpi.com.br

www.cphi-sa.com.br

Apoio

